

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2021
Mensagem da Administração

O ano de 2021 ficará marcado na história da Casa da Moeda do Brasil – CMB, pois conseguimos, por meio de tomadas de decisões assertivas e adoção de práticas responsáveis, obter conquistas significativas. Isso foi devido aos esforços de todos os setores da CMB em produzir com qualidade e eficiência, buscar negócios lucrativos e reduzir despesas com uma gestão profícua e alinhada às regras de *compliance*, revertendo o quadro de resultados negativos dos últimos quatro anos.

Da mesma forma que os nossos moedeiros e moedeiras têm cumprido o seu papel, destacamos a atuação do Conselho de Administração – CONSAD, do Conselho Fiscal – CONFIS, do Comitê de Auditoria – COAUD e da Auditoria Interna – AUDIT, que não mediram esforços em contribuir para o atingimento dos resultados econômicos, financeiros, de produtividade e de gestão da Empresa.

O resultado positivo de R\$30,2 milhões no exercício de 2021 reflete o início de um novo ciclo empresarial, marcando a reversão de um período de quatro anos consecutivos de déficits entre 2017 e 2020. A paralisação do funcionamento do Sistema de Controle de Bebidas – SICOBEB em 2016 contribuiu sobremaneira para isso. No entanto, outros fatores não recorrentes prejudicaram o desempenho econômico-financeiro da Casa da Moeda. Esses fatores foram tanto de ordem contábil como por decisões tomadas a nível governamental, em especial a partir de 2017, que instrumentalizaram ações a favor de uma provável desestatização da CMB.

Em 2021, com a vontade política de reversão do processo de desestatização, por decisão direta da Presidência da República, iniciada em 2020, uma nova estratégia foi implantada na Empresa.

Primeiramente, promovendo a melhora do clima organizacional entre os empregados e construindo um ambiente de confiança na nova Gestão e em suas ações. Começamos os trabalhos solucionando impasses anteriores que afetavam diretamente os acordos trabalhistas, sem descuidarmos da situação de sustentabilidade da CMB.

Outras ações de cunho administrativo culminaram no aumento da eficiência e da produtividade da Empresa, levando à melhoria dos nossos resultados. Além da análise e renegociação dos vários contratos da CMB, reduzindo o valor dos nossos dispêndios, garantimos a manutenção da plena capacidade produtiva da Empresa com iniciativas que possibilitaram a manutenção de equipamentos e instalações, além da substituição pontual de maquinário.

Ainda com foco na sustentabilidade econômica, demos início às tratativas para a implantação do Programa de Demissão Voluntária – PDV na CMB e intensificamos o processo de cessão de empregados a outros órgãos, de maneira a reduzir nossa folha de pagamento.

Ampliamos e aperfeiçoamos as práticas de controle e de auditoria, com uma nova percepção de que este aprimoramento se constituiria como ação fundamental para as boas práticas de governança da CMB. Ajustamos e guiamos as práticas contábeis e de finanças da Empresa a um novo rumo, com um melhor uso do ERP, transmitindo uma maior confiabilidade ao Comitê de Auditoria – COAUD, Auditoria Interna – AUDIT, Conselho Fiscal – CONFIS e Conselho de Administração – CONSAD. Os assuntos de ordem jurídica também foram revisitados na busca pela proteção legal da Empresa. As práticas de planejamento e de governança nos permitiram elevar o patamar da Gestão, possibilitando o tratamento consistente de assuntos relevantes para a Instituição, tais como o acordo de leniência, que reconhece a prática de atos irregulares contra a CMB, e a constituição de perda estimada sobre créditos tributários de PIS/COFINS, após decisão judicial que melhor direciona os debates sobre o tema e que se alongavam por aproximadamente 10 anos.

A busca pela consolidação dos negócios existentes também colaborou para o fluxo positivo de recursos, garantindo receitas provenientes de nossos principais clientes. Todos os contatos principais se tornaram realidade e novos contratos foram obtidos, inclusive internacionais. Além disso, novos negócios foram iniciados, abrangendo soluções digitais que venham a substituir, em futuro ainda não consolidado, determinados produtos físicos produzidos pela Empresa.

No campo produtivo, destacamos que os profissionais da Casa da Moeda, mesmo em plena pandemia, trabalharam de forma incansável e conseguiram atingir as metas estabelecidas para 2021, não apenas cumprindo com as entregas e prazos assumidos pela CMB em seus contratos, mas atendendo a demandas adicionais de nossos clientes. Não faltaram esforços e dedicação nessa empreitada, fatores determinantes para o resultado operacional positivo obtido pela Casa da Moeda.

Para o ano de 2022, continuaremos empenhados no cumprimento integral de nossos contratos, atendendo às demandas do Estado Brasileiro e da nossa sociedade, zelando pela segurança nacional e soberania do nosso País. Trabalharemos, incansavelmente, para a obtenção de novos negócios que possibilitarão manter a perenidade desta tricenária Instituição, demonstrando que o Brasil tem a sua Casa da Moeda – competente, dedicada e comprometida em honrar com a sua missão.

Por fim, com base na excelente relação da Direção com os nossos colaboradores e, tomando o ponto de virada da CMB em 2021, continuaremos a aprimorar todas as orientações e diretrizes adotadas pela Gestão neste ano a fim de consolidarmos a sustentabilidade da Casa da Moeda do Brasil no biênio 2021/2022, mantendo-a como Empresa Pública, estratégica e não dependente do Tesouro Nacional.

Apresentação

Instituição fundada em 8 de março de 1694, a Casa da Moeda do Brasil – CMB, vinculada ao Ministério da Economia, conta com complexo industrial localizado em Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio, um dos maiores do gênero no mundo e o maior da América Latina. No local, funcionam as fábricas da Empresa onde são desenvolvidos produtos e serviços com o elevado padrão de qualidade exigido no mercado moderno, como cédulas, moedas, passaportes, selos postais, selos fiscais federais e o sistema de rastreabilidade como auxílio à atividade de controle fiscal.

Imbuída na sua missão institucional e observando todos os protocolos de segurança necessários ao resguardo da saúde de seus empregados, ao longo de 2021 a CMB assegurou a continuidade das atividades operacionais essenciais para o atendimento das suas obrigações.

No mercado nacional, destaca-se o cumprimento integral dos contratos de fornecimento de Cédulas e Moedas firmados com Banco Central do Brasil – BACEN, o aumento gradual da produção de Passaportes para fornecimento à Polícia Federal, bem como o tempestivo atendimento às demandas da Receita Federal do Brasil pelos Selos de Controle Fiscal. No mercado internacional, destaca-se o fornecimento de cédulas.

Reconhecendo a natureza estratégica das atividades desta Instituição no cumprimento de políticas públicas vitais à sociedade e à soberania nacional, em 06 de dezembro de 2021, foi assinado pelo Presidente da República o Decreto nº 10.885, que excluiu a Casa da Moeda do Brasil do Programa Nacional de Desestatização – PND e do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.

No ano de 2021, a CMB deu um importante passo no caminho da sustentabilidade financeira, auferindo lucro e geração de caixa positiva no exercício, assegurando o cumprimento da sua missão institucional e posição estratégica perante o Estado e a sociedade, mantendo sua posição histórica de Empresa Pública não dependente de recursos do Tesouro Nacional.

Atuação da Casa da Moeda do Brasil

O complexo industrial da CMB possui 538 mil m² de área total e 110 mil m² de área construída, contando com três departamentos fabris: o Departamento de Cédulas – DECED, o Departamento de Moedas e Medalhas – DEMOM e o Departamento de Produtos Gráficos e Cartões – DEGER. Estas unidades estão preparadas para produzir cédulas, moedas de circulação e comemorativas, medalhas, distintivos e comendas, passaportes, certificados, cartões inteligentes e documentos de identificação, selos postais e selos fiscais com rastreabilidade, além de inúmeros outros produtos gráficos de segurança.

As fábricas de cédulas e de moedas possuem capacidade instalada para produção de 2,6 bilhões e 4,0 bilhões de unidades por ano, respectivamente. Tais capacidades, se conjugadas com previsibilidade de demanda, possibilitam à CMB o atendimento integral da demanda por meio circulante nacional, inclusive as oriundas de aditivos contratuais, as quais exigem pronta resposta, com qualidade, segurança e logística adequada ao tempestivo suprimento da demanda.

Os processos produtivos são executados por profissionais especializados dos mais diversos segmentos mediante uso de equipamentos avançados e técnicas adequadas para entregar produtos e serviços com alta qualidade e tecnologia, em linha com o estado da arte e padrões observados nas principais casas de moeda e impressoras no mundo.

As instalações permitem a produção de cédulas contendo diversos elementos de segurança, de forma a assegurar a máxima proteção contra ações de falsificação, por meio da utilização das mais modernas tecnologias desenvolvidas para o segmento de impressos de segurança.

Como principais diferenciais de atendimento, a estrutura da CMB possibilita: (a) flexibilização da composição dos produtos por denominação, com entregas semanais programadas; (b) capacidade disponível de armazenamento para a custódia segura de cédulas e moedas; (c) controle de qualidade assegurado na fabricação; (d) mitigação dos riscos relacionados à movimentação e ao transporte internacional do meio circulante nacional; e (e) laboratório para perícia.

Em seu parque fabril, a CMB utiliza os mais modernos sistemas digitais e recursos fabris adotados no mercado de segurança de produtos gráficos e metalúrgicos, a partir de projetos artísticos elaborados com base em rígidos critérios técnicos e de perícia forense. Todos os produtos são desenvolvidos com matérias-primas e elementos de segurança projetados para aferir controle e credibilidade ao usuário final, garantindo a força da marca CMB junto ao mercado de produtos de segurança.

A unidade de fabricação e personalização de passaportes tem capacidade instalada para a produção de 3,6 milhões de passaportes por ano, o que representa a segurança de atendimento à demanda efetuada pelos órgãos responsáveis pela expedição do documento. Além do passaporte brasileiro, no Departamento de Produtos Gráficos e Cartões também são produzidos os selos fiscais da Receita Federal do Brasil – RFB para o controle no segmento de bebidas e cigarros, bem como os selos postais demandados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, cartões de identificação do tipo *smartcard* com microcontroladores embarcados, dentre outros produtos gráficos de alta segurança, capazes de atender a demandas do mercado.

Merece destaque, nesse cenário específico, a segurança no tratamento de dados obtidos para a personalização da caderneta de passaporte, cuja estrutura de tecnologia supera o grau de confiabilidade requerido pelo Ministério de Relações Exteriores – MRE e Departamento de Polícia Federal – DPF, em consonância com os padrões internacionais estabelecidos pela ICAO (*International Civil Aviation Organization*), o que sinaliza a confiança no trabalho de excelência desenvolvido pela Casa da Moeda do Brasil. Não menos importante, a logística envolvida na operação dos passaportes, com entregas em todas as localidades do território nacional, é reconhecida pelo Departamento de Polícia Federal e demonstra o compromisso de eficiência e segurança das atividades desta CMB em todas as etapas deste processo.

Na área de impressos, a CMB tem capacidade para produzir diversos documentos de segurança nos substratos papel e polímero. Seu portfólio atual conta com selos fiscais, postais e cartoriais, carteiras e cartões de identificação, certidões e diplomas.

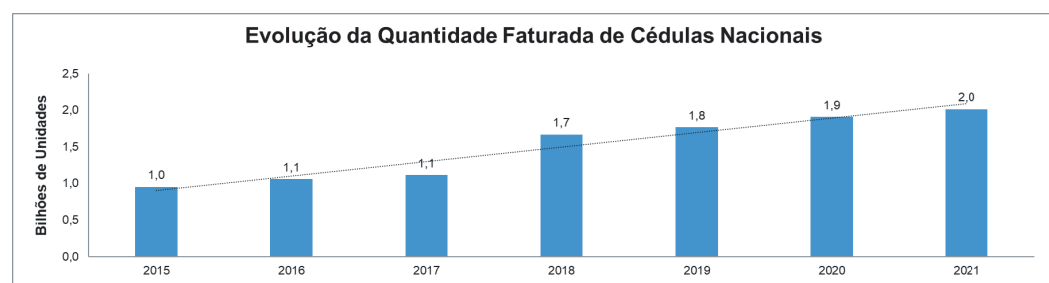
Outro segmento extremamente relevante de atuação diz respeito ao sistema para o controle e rastreamento de produção. A CMB executa, hoje, o controle e rastreabilidade da produção de cigarros, de forma a honrar o compromisso assumido na Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde, da qual o Brasil é signatário.

Ao longo de 2021, a Casa da Moeda do Brasil, com a dedicação e o comprometimento dos seus colaboradores, alcançou níveis produtivos recordes, com a produção de cerca de 2,3 bilhões de cédulas e 43,6 milhões de estampas de selos de cigarros e bebidas, as quais, adicionadas a cerca de 1,3 milhões de passaportes e 618,8 milhões de moedas, possibilitaram o tempestivo cumprimento dos principais contratos no exercício.

CÉDULAS NACIONAIS

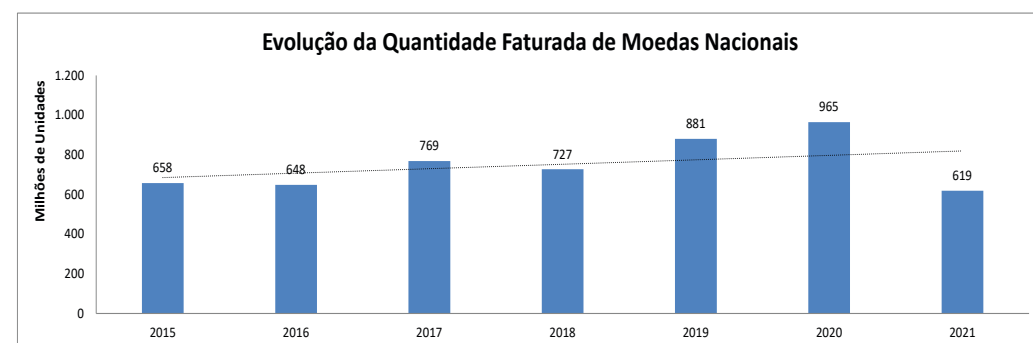
Em 28 de maio de 2021, foi firmado junto ao Banco Central do Brasil – BACEN o contrato BACEN/MECIR-50239/2021, cujo objeto foi a produção de 1.746.960 milhões de cédulas. Posteriormente, em 18 de novembro de 2021, foi firmado novo contrato, BACEN/MECIR-50658/2021, cujo objeto foi a produção de mais 74.400 milhões de cédulas. Assim o volume de cédulas contratado em 2021 pela Autoridade Monetária brasileira atingiu 1.821.360 milhões.

Adicionalmente aos contratos supracitados, acresceu-se ao quantitativo fornecido em 2021, os 192.785 milhões de cédulas decorrentes do quarto termo aditivo, BACEN/MECIR-51276/2019-4, firmado em 28 de dezembro de 2020. Dessa forma, o fornecimento total de cédulas ao BACEN alcançou 2.014.145 milhões no exercício 2021.

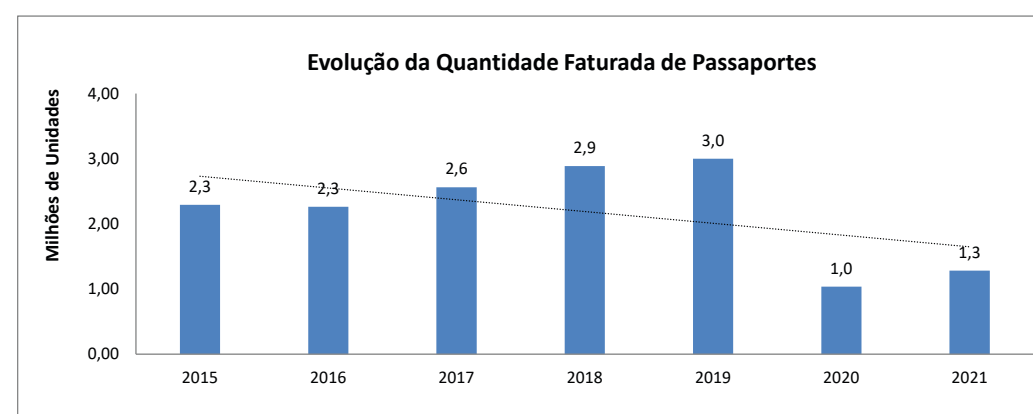

MOEDAS NACIONAIS

Em 28 de maio de 2021, foi firmado junto ao Banco Central do Brasil – BACEN o contrato BACEN/MECIR-50240/2021, cujo objeto foi a produção de 383.552 milhões de moedas. Posteriormente, em 18 de novembro de 2021, foi firmado novo contrato, cujo objeto foi a produção de mais 200.208 milhões de moedas (BACEN/MECIR-50659/2021). Assim, o quantitativo de moedas contratado pelo BACEN em 2021 totalizou 583.760 milhões.

Adicionalmente aos contratos supracitados, outros 34.976 milhões decorrentes do segundo termo aditivo (BACEN/MECIR-51277/2019-2), firmado em 26 de novembro de 2020, foram acrescidos ao total de moedas fornecidas pela Casa da Moeda ao BACEN, resultando no quantitativo final de 618.736 milhões no exercício 2021.


PASSAPORTE ELETRÔNICO BRASILEIRO

A produção demandada pela Polícia Federal do Brasil no decorrer do exercício 2021 alcançou o total de 1,2 milhão de unidades, representando um aumento de 32,6% em comparação com a quantidade contratada no exercício 2020. Tal aumento da demanda em relação a 2020, ano que marcou o início da pandemia de Covid-19 e a adoção de medidas mais contundentes que contaram com restrições relacionadas a viagens internacionais, segue a tendência de retomada na produção de passaportes já prevista pela CMB para os próximos anos.


Estrutura Organizacional

Conforme Estatuto Social da Casa da Moeda do Brasil, a sua estrutura organizacional e a distribuição interna das atividades administrativas são de competência da Diretoria Executiva, composta por um Presidente e quatro Diretores Executivos, subordinada ao Conselho de Administração.

Visando a aumentar a eficiência dos processos de trabalho e tendo como base a otimização dos macroprocessos, em julho de 2021 a Diretoria Executiva aprovou adequações na estrutura organizacional da CMB, garantindo maior agilidade e capacidade no atendimento às demandas do Estado Brasileiro e do mercado.


Gestão Estratégica

Em 2021 a Casa da Moeda do Brasil buscou dar continuidade às estratégias voltadas para a sustentabilidade empresarial com ações visando à retomada do equilíbrio econômico-financeiro e a manutenção do pleno funcionamento das operações da Empresa.

Nesta toada, considerando as decisões anteriores adotadas pelo Governo Federal que caracterizam a Empresa como estratégica e relevante para o Estado e, principalmente, devido ao arrefecimento do quadro pandêmico de COVID-19 mediante a vacinação em massa da população e a retomada gradativa da economia, tomou-se imperiosa a necessidade de revisão da estratégia de longo prazo da CMB, resultando no novo Plano Estratégico para o período 2021-2025, ficando estabelecidos os seguintes direcionadores estratégicos:

- **Missão:** Prover e garantir soluções de segurança nos segmentos de meio circulante e pagamento, identificação, rastreabilidade, autenticidade, controle fiscal e postal;
- **Visão:** Ser reconhecida pela sociedade por sua excelência e inovação em seus produtos e serviços;
- **Valores:** Integridade; Comprometimento; Segurança; Qualidade e Sustentabilidade.

Como desdobramento, no decorrer do exercício foram priorizadas ações que tinham como principais objetivos: o aumento das receitas de vendas; a redução dos custos e despesas; a manutenção e atualização tecnológica dos equipamentos do parque fabril; o estímulo à Inovação e Transformação Digital; o aprimoramento das melhores práticas de governança; e a valorização dos empregados.

Desempenho Econômico-Financeiro

A comercialização dos produtos e serviços no exercício 2021 proporcionou à CMB a Receita Líquida das Vendas de Produtos e Serviços de R\$1.156 milhões, representando um aumento de 7,3% em comparação ao exercício 2020.

Neste resultado, destacam-se as receitas advindas da venda de cédulas e moedas nacionais ao Banco Central do Brasil – BACEN, de R\$785,7 milhões; dos selos digitais do sistema de controle e rastreamento da produção de cigarros – SCORPIOS à Receita Federal do Brasil – RFB, de R\$133,4 milhões; de passaportes à Polícia Federal do Brasil – PF, de R\$101,2 milhões; e da produção de cédulas destinada à exportação, de R\$82,0 milhões.

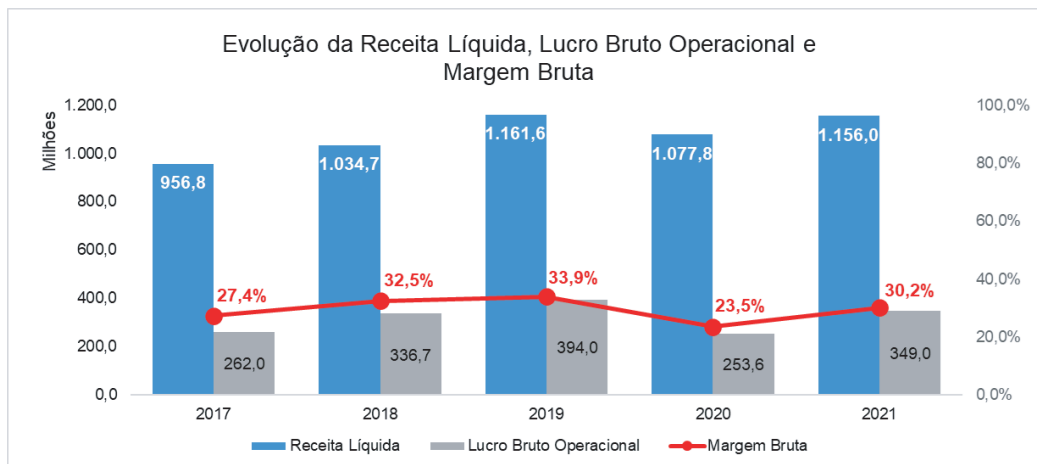
O quadro abaixo demonstra a receita líquida auferida nos principais produtos e serviços da CMB:

Produtos e Serviços	2021 (R\$ Milhões)	2020 (R\$ Milhões)	Varição (%)
Cédulas nacionais	624,7	536,2	16,5
Cédulas exportação	82,0	30,3	170,6
Moedas nacionais	161,0	221,9	-27,4
Passaportes DPF	101,2	79,0	28,1
SCORPIOS	133,4	141,9	-6,0
Selos Fiscais	30,1	32,6	-7,7
Selos Postais	1,0	2,0	-50,0
Documentos MRE	16,1	18,6	-13,4
Lacres – TSE	0,0	9,8	-100,0
Documentos de Identificação	2,9	2,1	38,1
Apostila de Haia	1,5	1,3	15,4
Medalhas, Moedas Comemorativas e Ativo Financeiro	1,9	1,5	26,7
Outros	0,2	0,6	-66,7
Total	1.156,0	1.077,8	7,3

O Custo dos Produtos e Serviços Vendidos – CPV alcançou o montante de R\$807,0 milhões, representando uma redução de 2,1% quando comparado ao apurado no exercício anterior.

Por oportuno, torna-se relevante informar que, na apuração dos custos do 1º trimestre de 2021, foram identificados R\$48,1 milhões presentes na rubrica de Produtos em Processos relacionados à fabricação de produtos com contratos já finalizados. Como as ordens de produção em questão não foram encerradas tempestivamente, esse saldo não compôs o custo dos produtos vendidos no momento do reconhecimento das receitas, uma vez que ainda era mantido em Estoque de Produtos em Processo. Neste sentido, as demonstrações financeiras de 2020 foram reapresentadas ao longo de 2021 para ajuste de Estoques de Produtos em Processo e de Custo dos Produtos Vendidos.

A conjunção do aumento da receita com a redução dos custos resultou no Lucro Bruto Operacional de R\$349,0 milhões, um aumento de 37,6% quando comparado ao exercício anterior, alcançando a margem bruta de 30,2% no período.



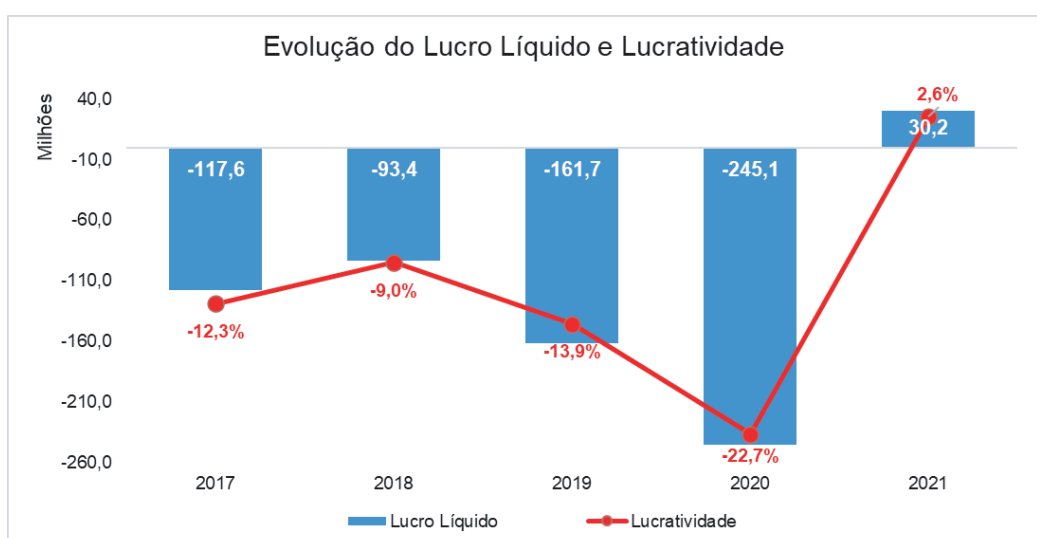
As Despesas Operacionais alcançaram R\$338,0 milhões no ano de 2021, um valor 34,3% menor que o apresentado no exercício 2020, representam o somatório das rubricas Despesas Administrativas, Despesas Tributárias e Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas.

Dentre as Despesas Operacionais, destacam-se as Despesas Administrativas, que são compostas pelas despesas com pessoal, materiais, serviços, depreciações e amortizações. Estas totalizaram R\$ 264,5 milhões, representando um aumento de 3,9% em comparação ao exercício 2020.

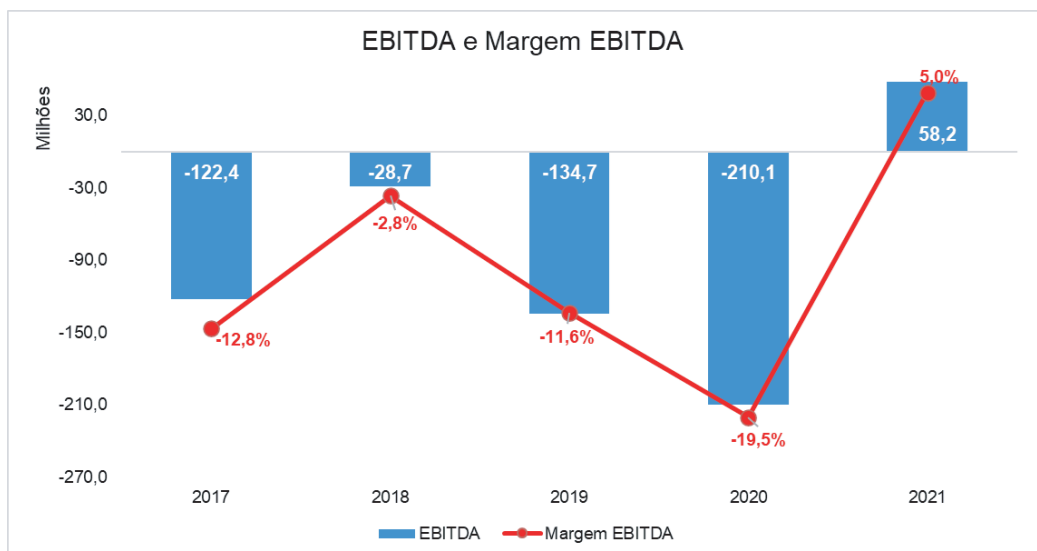
Em contrapartida, as Despesas Tributárias totalizaram R\$726,5 milhões e a rubrica Outras Despesas/Receitas Operacionais totalizaram R\$653,0 milhões positivo. Registra-se que tais montantes decorrem principalmente de eventos não recorrentes do exercício 2021, a saber:

- Constituição de Perda Estimada com Créditos Tributários de PIS/COFINS, no montante de R\$724,6 milhões, em decorrência da incerteza quanto a recuperabilidade dos créditos tributários provenientes da aquisição de matérias-primas e serviços utilizados na fabricação de produtos/serviços com exclusividade; e
- Receita de R\$680,6 milhões advinda do Acordo de Leniência, firmado entre a Controladoria-Geral da União – CGU, a Advocacia-Geral da União – AGU, a SICPA do Brasil e Indústria de Tintas e Sistemas Ltda e a CEPTIS Indústria e Comércio de Tintas e Sistemas S.A, que envolve a aplicação de multas e indenizações previstas na Lei Anticorrupção e na Lei de Improbabilidade Administrativa.

Em decorrência das circunstâncias expostas, a CMB auferiu no exercício 2021 um lucro líquido de R\$30,2 milhões, resultado R\$275,3 milhões superior ao registrado no exercício 2020, alcançando uma lucratividade de 2,6% no período.



Ademais, registra-se o EBITDA de R\$58,2 milhões, R\$268,3 milhões superior ao EBITDA obtido no exercício 2020, alcançando uma margem EBITDA de 5,0% no período.



De forma comparativa, ressalta-se que, desconsiderando os eventos não recorrentes, a CMB registraria um lucro líquido de R\$56,2 milhões no exercício 2021, o que representaria um resultado R\$301,3 milhões maior que o resultado registrado no exercício 2020.

Sob a ótica financeira, destaca-se que a CMB iniciou o exercício 2021 com saldo de caixa de R\$526,9 milhões. Considerando o fluxo financeiro proveniente dos recebimentos das vendas de produtos e serviços, contratos adicionais firmados, compensações de créditos tributários, pagamentos aos fornecedores de matérias-primas, prestadores de serviços, utilidades públicas, serviços de manutenção e conservação, tributos, despesas com pessoal e investimentos, a Empresa encerrou o exercício de 2021 com a elevação do volume financeiro disponível de R\$134,0 milhões, totalizando o montante de R\$660,9 milhões em caixa.

Gestão de Pessoas

AÇÕES DE PREVENÇÃO AO COVID-19

Desde os primeiros momentos da declaração da pandemia do COVID-19, a CMB buscou adotar medidas em consonância com as orientações de segurança e saúde definidas pelas esferas federais, estaduais e municipais, além da própria Organização Mundial Saúde – OMS.

Ao longo de 2021, 264 empregados testaram positivo para o COVID, além dos 1.080 afastados preventivamente devido à suspeita de contaminação. A atuação do Comitê de Crise, por meio do Plano de Contingência, respondeu às demandas da organização com a velocidade necessária ao controle da transmissão da doença na CMB.

O segundo semestre foi marcado pela orientação quanto à importância do ciclo de vacinação completo e também pelo avanço do plano de retomada e a flexibilização de alguns protocolos, como aumento planejado da capacidade de lotação do auditório, ônibus e refeitórios da Empresa, possibilitando o retorno seguro e gradual dos moedeiros ao regime presencial, face às reduções dos números de casos e óbitos da doença no Estado e no Município do Rio de Janeiro.

TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

CMB promoveu ações voltadas para o fortalecimento da aprendizagem organizacional a fim de possibilitar o desenvolvimento profissional de seus empregados. Dentre essas ações, destacam-se o Programa de Pós-Graduação em temas de Inovação e Liderança, com o objetivo de estimular a transformação digital na CMB, e o lançamento do edital de cursos técnicos EAD – FIRJAN/SENAI 2021 com oportunidades de especialização para os empregados de nível técnico nos segmentos de elétrica, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, meio ambiente, química e qualidade.

De suma importância nesse processo, merece destaque a utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVANTE, por meio do qual foi possível a realização de mais de 6.000 treinamentos na modalidade EAD (Educação a Distância), dentre os quais destacamos os treinamentos de exigência legal.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil - CIFRÃO, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, tendo por objetivo primordial instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, na forma das Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001.

Em 2021, a CMB manteve ações visando ao contínuo aperfeiçoamento da governança corporativa da CIFRÃO e a sensibilização dos empregados a respeito da importância da previdência complementar.

Destacamos que as ações empreendidas conjuntamente pela patrocinadora (CMB) e patrocinada (CIFRÃO), junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), resultou na consolidação dos termos e das condicionantes para a realização do processo de migração entre os Planos PBDC e MOEDAPREV, o qual foi finalizado em dezembro de 2020.

Ato contínuo, honrando seu compromisso como patrocinadora, a CMB efetuou o pagamento para equacionamento do déficit atuarial apurado após a migração.

Ações ASG (Ambiental, Social e Governança)

A Lei nº 13.303/2016, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, aborda no art. 27 a prerrogativa da função social da empresa, que deve ser orientada à realização do interesse coletivo de forma a guiar o alcance do bem-estar econômico e a alocação socialmente eficiente dos recursos geridos pela própria Empresa.

Imbuída nesse compromisso, a CMB, além de garantir a qualidade e segurança de seus produtos, desenvolve processos e ações que equilibram o crescimento econômico com a proteção do meio ambiente e das pessoas, consciente de sua responsabilidade socioambiental. A busca por essa excelência operacional e a constante atenção ao gerenciamento dos riscos associados às atividades da Empresa são sustentadas por um sistema de gestão integrada aderente aos requisitos da ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001, cuja certificação foi conquistada em 2021, após anos de certificação na OHSAS 18001. Para assegurar que seus produtos e serviços sejam feitos dentro das melhores condições de sigilo e segurança possíveis, a CMB é certificada desde 2016 na norma brasileira ABNT NBR 15540.

Cada vez mais os Sistemas de Gestão de Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança Ocupacional da CMB operam de forma integrada, com ações convergentes que proporcionam uma gestão mais eficiente.

SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

O ano de 2021 foi marcado por grandes avanços no Sistema de Gestão da Qualidade da CMB. No âmbito de processos, a Empresa obteve certificação de conformidade para utilização de novos modelos de chips em seus produtos, em conformidade com os requisitos da Portaria Inmetro nº 008/2013, Portaria Inmetro nº 118/2015 e da NBR ISO 9001:2015.

Outro destaque se refere a utilização de sistema automatizado para acompanhamento e controle de calibração de equipamentos e para a emissão de cartas de qualificação de fornecedores, baseada nas avaliações de fornecimentos prévios, conforme regras e metodologias definidas.

BENEFICIAMENTO DE TINTAS

O beneficiamento de 14.500 kg de tintas ociosas que seriam descartadas demonstra o compromisso da Empresa com a sustentabilidade, pois o material que inicialmente não teria mais serventia na CMB pôde retornar ao ciclo produtivo como tinta calcográfica utilizada na impressão de selos fiscais, após reprocessamento.

GESTÃO DE EFLUENTES LÍQUIDOS

A Estação de Tratamento de Efluentes Industriais Gráficos - Sistema *Aguasave* (ETEI Gráficos - *Aguasave*) descartou um volume de efluentes 12,7% menor entre janeiro e outubro de 2021 quando comparado ao mesmo período de 2020, ainda que a produção da CMB tenha registrado um aumento de 12,8%. Tal ganho de eficiência se deve à realização de manutenções, bem como ao trabalho de monitoramento desenvolvido pela própria CMB, o qual possibilita maior acurácia no controle e maior efetividade na identificação e resolução de problemas.

No que tange às atividades de produção, por meio da ETEI Gráficos – *Aguasave* foram tratados, de janeiro a outubro de 2021, 16.004 m³ de solução de limpeza contendo tintas. Desse volume, aproximadamente 77% foram reutilizados na própria fábrica, evitando não somente o consumo de recursos naturais, mas também o descarte de efluentes, cujos sistemas necessitariam de níveis maiores de produtos químicos para seu tratamento.

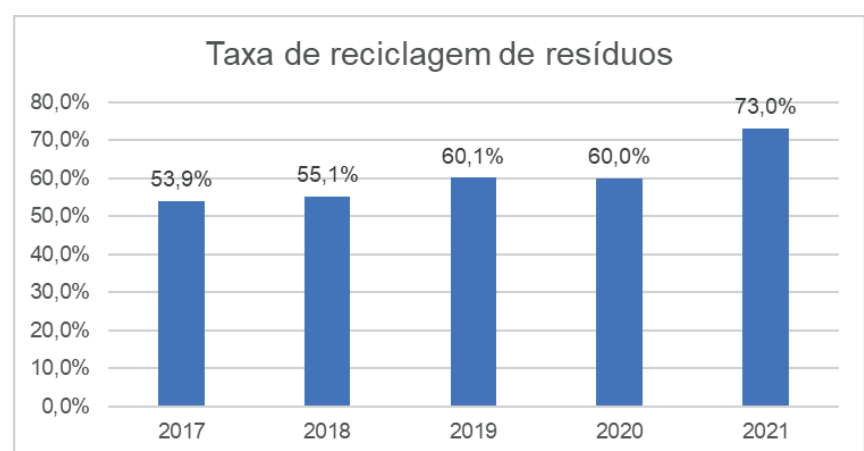
GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A CMB manteve participação ativa no Programa de Coleta Seletiva Solidária por meio da doação recorde de mais de 183 toneladas de resíduos recicláveis às Cooperativas de Catadores, sendo este o ano com o maior quantitativo de resíduos doados pela CMB.

Esta ação é respaldada pelo Decreto nº 5.940/2006, que instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, e alinhada aos princípios e metas do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), contribuindo assim para a inclusão social e econômica das citadas cooperativas.



A CMB apresentou a taxa recorde de reciclagem, com 73% dos resíduos gerados na Empresa em 2021 sendo destinados para alguma tecnologia de reciclagem. Isto representa o total de 1.264 toneladas de material que deixou de ir para aterros e outras destinações.



PROJETO TRANSFORMA

O Transforma é um Projeto da CMB em parceria com empresa especializada no desenvolvimento de soluções personalizadas para pontos de venda. O projeto, pioneiro no mundo, transforma os resíduos gerados durante o processo de produção de células, os quais seriam descartados, em insumos para a produção de móveis, óculos e outros utensílios.

Em dois anos de Projeto a CMB já enviou 210 toneladas de resíduos para a transformação. Além da vantagem sob o aspecto ambiental, a destinação gerou retorno financeiro para a CMB, fruto tanto da venda dos resíduos, quanto da economia do que antes era gasto para que o material fosse encaminhado para coprocessamento em fornos de cimento.

O Transforma representa a inserção da economia circular nas operações da CMB. O conceito prega a extensão do ciclo de vida dos materiais em detrimento do atual modelo linear de produção, que desconsidera o reaproveitamento de resíduos. Além de deixar de produzir resíduos, a CMB também está contribuindo para a geração de emprego e renda por meio da criação de um novo ciclo de produção.

GESTÃO DE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

Pelo 8º ano consecutivo, em 2021, a CMB conquistou o reconhecimento máximo no Programa Brasileiro *GHG Protocol*, utilizado por empresas e governos para entender, quantificar e gerenciar emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

A conquista da Empresa veio após a publicação do inventário das emissões de GEE, auditadas e avaliadas pelas entidades competentes, que confere exatidão na contabilização das emissões de GEE, inventariadas pela CMB com base nos dados de 2020. A elaboração do inventário é essencial para a continuidade da compreensão do perfil das atividades e do volume de emissões de GEE na Empresa, sendo estes gases, considerados por alguns cientistas os grandes causadores das mudanças atípicas do clima.

A qualificação Selo Ouro do Programa Brasileiro *GHG Protocol* obtida pela Casa da Moeda do Brasil garante maior transparência e integralidade aos seus processos, reconhece a contribuição da Empresa para o fornecimento de dados públicos de emissões e legítima o compromisso da CMB com o meio ambiente e a sociedade.

PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Em maio de 2021, foi concluída uma das etapas do Programa de Eficiência Energética da CMB, a qual contemplou os projetos selecionados na 6ª Chamada Pública de Projetos do Programa de Eficiência Energética – PEE, com recursos financiados pela concessionária, a fundo perdido, e regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Nesta etapa, foram executadas a substituição de toda a iluminação externa por LED, a substituição de 32 motores do sistema de climatização central da fábrica de células e da torre de resfriamento, a modernização de 08 painéis de comando e proteção dos fâncios da fábrica de células e a substituição de 5.051 lâmpadas fluorescentes convencionais por lâmpadas *tuboled*, as quais contribuíram para a redução do consumo e substancial economia financeira.

De forma complementar, em agosto de 2021, entrou em operação a Primeira Usina Fotovoltaica da CMB, um dos tipos de Geração Distribuída (GD) composta por 178 módulos solares de 405Wp.

Conjugadas, tais ações contribuíram significativamente para reduções no consumo de energia da Empresa, gerando economias financeiras significativas nos gastos com energia elétrica.

PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

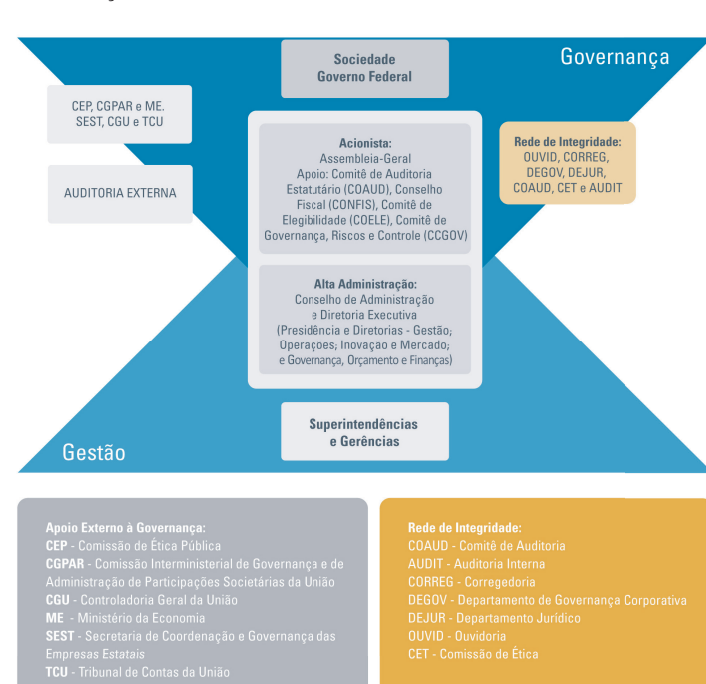
Em observância à Lei n. 10.097/2000 – Lei de Aprendizagem, por meio de convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem – SENAI, a CMB participa do Programa Jovem Aprendiz oportunizando o primeiro emprego para jovens residentes nas regiões de Santa Cruz, Itaguaí e Seropédica. Em 2021, mais 40 jovens ingressaram no Programa.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

O aprimoramento das práticas de governança corporativa pela Casa da Moeda do Brasil é uma busca constante que visa ao alinhamento com as melhores práticas observadas no mercado, sem deixar de cumprir as exigências do ambiente regulatório vigente, em especial os requisitos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e seu regulamento, o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

A estrutura de governança da CMB é constituída pelos seguintes órgãos estatutários: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. A estrutura conta ainda com os seguintes comitês de apoio: Comitê de Auditoria Estatutário – COAUD, Comitê de Elegibilidade (COELE), Comitê de Governança, Riscos e Controle (CCGOV).

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA CMB



GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E AUDITORIA INTERNA

A implementação estrutural do gerenciamento de riscos corporativos auxilia a Alta Administração na tomada de decisão consciente, resguardando e assegurando a instituição no cumprimento de suas metas empresariais e no contínuo alcance de sua função social.

Em consonância com as melhores práticas preconizadas pelo *The Institute of Internal Auditors* (IIA), a CMB buscou adotar o modelo de Três Linhas na gestão de riscos como forma de fortalecer sua estrutura de governança.

A primeira linha é representada pelo responsável da atividade exposta ao risco, cujo foco enseja na melhoria contínua de seus controles internos. Na segunda linha, concentram-se o Departamento de Governança Corporativa – DEGOV, incumbido pela supervisão de conformidade e gestão de riscos, e o Comitê de Governança, Riscos e Controles – CCGOV, que tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração através do monitoramento e desenvolvimento da gestão de riscos na CMB. Na terceira linha, encontra-se a Unidade de Auditoria Interna, que tem por finalidade aferir a adequação dos controles internos e a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança.

Com o intuito de reduzir ameaças e incertezas a níveis aceitáveis pela Alta Administração, a CMB conta com a Política de Gestão Integrada de Riscos, por meio da qual orienta o desenvolvimento, disseminação e execução de metodologias de gerenciamento de riscos.

Importante destacar que a operacionalização da gestão de riscos na CMB esquematiza-se estruturalmente pelas etapas de identificação, análise, avaliação e tratamento dos principais riscos que possam potencialmente vir a impedir a Empresa de alcançar seus objetivos, adotando nesse processo ferramenta desenvolvida internamente e aprimorada ao longo de 2021.

Por fim, registra-se a contratação da ferramenta de Inteligência de Negócio – *Due Diligence*, que representou um passo importante para o aprimoramento do *compliance*, visto que por meio de um processo estruturado de estudo, auditoria, avaliação de riscos e oportunidades a ferramenta gera informações com o objetivo de orientar a Empresa acerca das não conformidades prioritárias a serem solucionadas, melhorar suas medidas de controle e apresentar métodos e pareceres que

podem nos direcionar a gestão sobre o que a Lei estabelece. A ferramenta também é utilizada de forma externa, analisando se os nossos fornecedores, parceiros e demais públicos de relacionamento são de fato compatíveis com os níveis éticos da Empresa. Com a *due diligence*, obtemos informações de inteligência com relação aos cenários de incerteza jurídica, fiscal, concorrencial, dentre outros – algo imprescindível para o adequado planejamento e desenvolvimento da nossa estratégia.

HUGO CAVALCANTE NOGUEIRA
PRESIDENTE
CPF Nº 730.461.917-15

LUIZ SERGIO MADEIRO DA COSTA
DIRETOR DE GESTÃO
CPF Nº 731.419.417-34

SÉRGIO PERINI RODRIGUES
DIRETOR DE OPERAÇÕES
CPF Nº 795.926.357-49

JEAN PEDRAZZA REICHE
DIRETOR DE GOVERNANÇA, ORÇAMENTO E FINANÇAS
CPF Nº 053.956.847-35

PAULO RICARDO DE MATTOS FERREIRA
DIRETOR DE INOVAÇÃO E MERCADO
CPF Nº 744.008.607-44

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO DE 2021
(EM REAIS)

ATIVO	31.12.2021	REAPRESENTADO	PASSIVO	31.12.2021	REAPRESENTADO
		31.12.2020			31.12.2020
CIRCULANTE	1.212.709.789,05	1.046.342.204,15	CIRCULANTE	499.823.685,45	476.483.713,99
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (4.0)	660.962.022,71	526.922.086,98	FORNECEDORES (12.1)	125.873.812,58	141.554.924,88
BANCOS CONTA MOVIMENTO	405.413,02	724.369,57	EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (13.a)	17.298.751,53	15.337.278,68
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	660.556.609,69	526.197.717,41	PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS E DIRIGENTES NO LUCRO (14.0)	5.881.909,82	3.675.944,37
VALORES A RECEBER A CURTO PRAZO	272.220.402,25	214.726.881,61	DIVIDENDOS A PAGAR (14.0)	7.178.483,70	-
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (5.1)	49.743.856,22	24.489.821,44	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER (15.0)	11.318.570,06	11.730.732,82
(-) PERDAS ESTIMADAS COM CRÉD. LIQ.DUVIDOSA (5.4)	(59.319,21)	(4.526.801,64)	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES (17.0)	132.591.913,83	156.015.687,71
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR (5.2)	163.348.039,95	124.803.076,33	PROVISÃO PARA CUSTOS E SERVIÇOS A FATURAR (18.0)	143.293.739,91	101.025.473,57
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS (6.1)	5.189.932,86	2.700.001,20	PROVISÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS (13.b)	46.884.412,08	37.933.928,28
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR (7.0)	9.255.443,40	39.511.724,36	OUTRAS OBRIGAÇÕES (12.2)	9.502.091,94	9.209.743,68
OUTROS VALORES A RECEBER (5.7)	44.742.449,03	27.749.059,92			
ESTOQUES (8.0)	279.288.079,22	304.452.880,68			
PRODUTOS ACABADOS	116.261.044,94	95.516.666,94			
PRODUTOS EM PROCESSO	15.906.024,81	39.181.351,67			
MATÉRIA-PRIMA	118.707.552,19	146.400.482,11			
ALMOXARIFADO	28.012.237,48	23.321.893,55			
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO	401.219,80	32.486,41			
DESPESAS ANTECIPADAS (6.2)	239.284,87	240.354,88			
NÃO CIRCULANTE	1.300.452.474,29	1.647.282.514,06	NÃO CIRCULANTE	404.292.633,56	637.172.810,02
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	793.771.302,69	1.099.644.898,06	OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (27.0)	48.722.200,41	91.170.444,05
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (5.1)	62.884.444,95	52.796.498,23	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER (15.0)	13.675.655,57	13.589.766,37
(-) PERDA ESTIMADA COM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (5.4)	(44.324.822,08)	(36.963.182,26)	PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (19.a)	52.131.192,86	45.406.049,34
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR (5.2)	217.839.833,97	202.820.182,02	PROVISÃO P/CUSTOS DE SERVIÇOS A FATURAR (18.0)	284.832.575,40	468.212.325,43
VALORES A RECEBER EC 93/2016 (5.3)	311.014.931,77	311.014.931,77	OUTRAS CONTAS A PAGAR (12.2)	4.931.009,32	18.794.224,83
(-) PERDA ESTIMADA C/ CRED SERVIÇOS A FAT / EC 93/2016 (5.4)	(410.558.414,16)	(399.949.487,85)			
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR (7.0)	850.509.889,01	908.654.850,14			
(-) PERDA ESTIMADA C/PIS E COFINS S/INSU (7.0)	(743.112.247,82)	(18.555.585,27)			
DEPÓSITO JUDICIAL/RECURSAL (20.0)	64.848.300,32	77.592.039,20			
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS (10.1)	469.825,99	569.139,92			
(-) PERDA ESTIMADA COM INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS (10.1)	(469.825,99)	(569.139,92)			
OUTROS CRÉDITOS A LONGO PRAZO (5.8)	484.669.386,73	2.234.652,08			
INVESTIMENTOS	497.285,68	497.055,18			
PARTICIPAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS (10.3)	1.669.906,59	1.669.906,59	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.609.045.944,33	1.579.968.194,20
(-) PERDA ESTIMADA COM INVESTIMENTOS POR INCENT. FISCAIS (10.3)	(1.663.587,82)	(1.663.818,32)	CAPITAL SOCIAL (22.0)	1.360.677.814,09	1.360.677.814,09
OBRAS DE ARTE (10.3)	490.966,91	490.966,91	RESERVAS DE LUCRO (23.1)	248.368.130,24	219.290.380,11
IMOBILIZADO TÉCNICO (11.1)	501.534.338,36	542.360.206,17	RESERVA LEGAL (23.a)	20.087.913,87	18.576.654,14
BENS VALORES CORRIGIDOS	1.492.493.192,12	1.491.840.521,91	RESERVA PARA INVESTIMENTOS (23.c)	213.610.908,23	192.075.457,12
(-) DEPRECIACÕES	(988.934.310,78)	(944.634.196,29)	RESERVA ESPECIAL (23.b)	14.291.822,11	14.291.822,11
(-) PERDA EST. RED. AO VR. RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT) (21.173.382,82)	(21.173.382,82)	(9.350.811,57)	SUPERÁVIT (DÉFICIT) ATUARIAL DE PREV. PRIVADA (27.0)	377.486,03	(5.653.553,26)
IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO	5.906.456,28	4.504.692,12			
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO	13.242.383,56	-			
INTANGÍVEL (11.2)	4.649.547,56	4.780.354,65			
TOTAL	2.513.162.263,34	2.693.624.718,21	TOTAL	2.513.162.263,34	2.693.624.718,21

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIO DE 2021

DESCRIÇÃO		EM REAIS	
		31.12.2021	Reapresentado 31.12.2020
I - RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS	(22.a)	1.156.040.208,91	1.077.779.134,87
II - CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	(22.b)	(807.002.417,90)	(824.145.959,14)
III - LUCRO BRUTO OPERACIONAL		349.037.791,01	253.633.175,73
IV - DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS	(22.c)	(337.966.507,39)	(514.314.325,88)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(264.452.399,07)	(254.493.751,99)
DESPESAS COM PESSOAL		(194.895.855,28)	(198.897.996,20)
DESPESAS COM MATERIAIS		(15.328.669,54)	(11.149.455,34)
DESPESAS COM SERVIÇOS		(43.290.084,42)	(32.266.335,98)
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES		(10.937.789,83)	(12.179.964,47)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS		(726.518.748,97)	(3.194.978,46)
OUTRAS DESPESAS / RECEITAS - LÍQUIDAS		653.004.640,65	(256.625.595,43)
V - RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		11.071.283,62	(260.681.150,15)
VI - RESULTADO FINANCEIRO		19.153.910,92	15.557.650,46
RECEITAS FINANCEIRAS (24.d)		43.624.639,64	29.785.991,35
DESPESAS FINANCEIRAS (24.d)		(24.470.728,72)	(14.228.340,89)
VII - RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		30.225.194,54	(245.123.499,69)
VIII - PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA (16.0)		-	-
IX - PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (16.0)		-	-
X - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(23.c)	30.225.194,54	(245.123.499,69)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIO DE 2021
(EM REAIS)

DESCRIÇÃO	MÉTODO INDIRETO	EM REAIS	
		31.12.2021	Reapresentado 31.12.2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO		30.225.194,54	(245.123.499,69)
AJUSTES QUE NÃO REPRESENTAM ENTRADA OU SAÍDA DE CAIXA:			
PERDA ESTIMADA COM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA		13.503.083,70	203.789.338,81
PERDA ESTIMADA COM CRÉDITOS DE PIS E COFINS SOBRE INSUMOS		724.556.662,55	-
PROVISÃO/REVERSÃO P/PERDA DE INVEST. TEMPORÁRIOS E P/INCENTIVOS FISCAIS		(99.544,43)	(2.315,55)
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO		47.159.710,00	50.579.256,78
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO (IMPAIRMENT)		11.822.571,25	2.866.014,39
PERDA ESTIMADA COM ESTOQUES		(7.070.710,01)	15.797.745,08
PERDA ESTIMADA COM SELOS FÍSICOS		-	11.699.793,47
REVERSÃO/PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES		6.725.143,52	19.253.539,50
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO		826.822.111,12	58.859.872,79
AUMENTO / (REDUÇÃO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS:			
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES		(35.341.981,50)	(6.754.877,31)
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR		(53.564.615,57)	(65.956.473,18)
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS		(2.489.931,66)	1.263.226,72
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR		88.401.242,09	(10.280.678,79)
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS		12.743.738,88	(21.945.049,39)
OUTROS CRÉDITOS		(16.993.389,11)	9.304.313,78
ESTOQUES		32.235.511,47	(124.266.433,06)
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		1.070,01	144.997,24
TOTAL DOS ATIVOS OPERACIONAIS		24.991.644,61	(218.490.973,99)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS:			
FORNECEDORES		(156.792.595,99)	146.958.053,32
EXIGIBILIDADES COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.961.472,85	5.765.664,14
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS E DIRIGENTES NO LUCRO		2.205.965,45	-
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER		(326.273,56)	4.528.131,45
OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA		(36.417.204,35)	(2.388.485,84)
PROVISÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS		8.950.483,80	3.763.653,31
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES		(23.423.773,88)	113.856.258,33
OUTRAS OBRIGAÇÕES		(13.570.867,25)	(5.369.459,56)
TOTAL DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		(217.412.792,93)	267.113.815,15
CAIXA LÍQUIDO GERADO / (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		634.409.962,80	107.482.713,95
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
AUMENTO/ (REDUÇÃO) EM OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO		(482.335.420,72)	16.189.153,78
AUMENTO/ (REDUÇÃO) AQUISIÇÃO DE ATIVO IMOBILIZADO		(18.025.606,35)	(5.548.149,25)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/ (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(500.361.027,07)	10.641.004,53
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
DIVIDENDOS PAGOS		-	-
AUMENTO/ (REDUÇÃO) EM EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		-	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA		134.039.935,73	118.123.718,48
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA			
DESCRIÇÃO		R\$	
SALDO DO CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		526.922.086,98	408.798.368,50
SALDO DO CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO		660.962.022,71	526.922.086,98
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA		134.039.935,73	118.123.718,48

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2021
(EM REAIS)**

DESCRIÇÃO	CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS				LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADO	TOTAL
		LEGAL	INVESTIMENTOS	ESPECIAL	SUPERÁVIT (DÉFICIT) ATUARIAL		
SALDO REAPRESENTADO EM 31/12/2019	1.360.677.814,09	18.576.654,14	437.198.956,81	14.291.822,11	(50.557.752,32)	-	1.780.187.494,83
1. LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	-	-	-	-	-	(245.123.499,69)	(245.123.499,69)
2. COMPENSAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2020:	-	-	(245.123.499,69)	-	-	245.123.499,69	-
3. SUPERÁVIT / (DÉFICIT) ATUARIAL DE PREVIDENCIA PRIVADA:	-	-	-	-	44.904.199,06	-	44.904.199,06
SALDO REAPRESENTADO EM 31/12/2020	1.360.677.814,09	18.576.654,14	192.075.457,12	14.291.822,11	(5.653.553,26)	0,00	1.579.968.194,20
1. LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	-	-	-	-	-	30.225.194,54	30.225.194,54
2. CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL DO EXERCÍCIO DE 2021: (21.3 a)	-	1.511.259,73	-	-	-	(1.511.259,73)	-
3. DIVIDENDOS A PAGAR DO EXERCÍCIO DE 2021: (21.1)	-	-	-	-	-	(7.178.483,70)	(7.178.483,70)
4. CONSTITUIÇÃO DA RESERVA DE INVESTIMENTO DO EXERCÍCIO DE 2021: (21.3 c)	-	-	21.535.451,11	-	-	(21.535.451,11)	-
5. SUPERÁVIT / (DÉFICIT) ATUARIAL DE PREVIDENCIA PRIVADA: (25)	-	-	-	-	6.031.039,29	-	6.031.039,29
SALDO EM 31/12/2021	1.360.677.814,09	20.087.913,87	213.610.908,23	14.291.822,11	377.486,03	0,00	1.609.045.944,33

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIO DE 2021**

DESCRIÇÃO	EM REAIS	
	31.12.2021	Reapresentado 31.12.2020
I - LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	30.225.194,54	(245.123.499,69)
(+/-) Superávit (Déficit) Atuarial de Previdência Privada	6.031.039,29	44.904.199,06
II - TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	36.256.233,83	(200.219.300,63)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

DESCRIÇÃO	EM REAIS	
	31.12.2021	31.12.2020
1 - RECEITAS	1.144.130.300,50	885.655.770,34
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.180.640.096,60	1.105.779.274,52
1.2) Outras Receitas	169.265,80	72.314,10
1.3) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão/(Constituição)	13.503.083,70	203.789.338,81
1.4) Deduções de Vendas	23.175.978,20	16.406.479,47
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	1.326.620.811,17	634.325.007,72
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	537.243.329,88	556.295.528,14
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	68.350.678,54	47.668.242,19
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	721.026.802,75	30.361.237,39
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(182.490.510,67)	251.330.762,62
4 - DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	47.159.709,95	50.579.256,78
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	(229.650.220,62)	200.751.505,84
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	725.401.747,51	33.234.225,60
6.1) Receitas financeiras	43.493.402,83	29.768.909,89
6.2) Dividendos	131.236,81	17.081,46
6.3) Outras Receitas	681.777.107,87	3.448.234,25
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	495.751.526,89	233.985.731,44
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	495.751.526,89	233.985.731,44
8.1) Pessoal	367.368.180,83	378.264.049,72
8.1.1 - Remuneração direta	284.576.134,73	295.404.169,51
8.1.2 - Benefícios	64.186.563,22	64.017.269,05
8.1.3 - F.G.T.S.	18.605.482,88	18.842.611,16
8.2) Impostos, taxas e contribuições	72.088.493,23	84.885.350,00
8.2.1 - Federais	70.190.854,73	79.390.746,57
8.2.2 - Estaduais	1.609.411,87	2.250.234,54
8.2.3 - Municipais	288.226,63	3.244.368,89
8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	26.069.658,29	15.959.831,41
8.3.1 - Juros	23.711.765,40	13.345.157,12
8.3.2 - Aluguéis	2.357.892,89	2.614.674,29
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	30.225.194,54	(245.123.499,69)
8.4.1 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício	30.225.194,54	(245.123.499,69)

A Demonstração do Valor Adicionado é parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2021**
NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 - CONTEXTO OPERACIONAL
(a) Objeto social

A Casa da Moeda do Brasil (CMB) é uma Empresa Pública, constituída pela União nos termos da Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, vinculada ao Ministério da Economia, dotada de personalidade jurídica de direito privado e com capital pertencente integralmente à União. A empresa tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, com escritório na Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 6º Andar, sala 674, Brasília - DF, CEP 70.040-906, sendo o seu estabelecimento industrial situado à Rua Renê Bittencourt, 371, Distrito Industrial de Santa Cruz - RJ, CEP nº 23.565-200.

Possui como principais atividades a fabricação de (i) papel-moeda e moeda metálica nacionais, (ii) cadernetas de passaporte para fornecimento ao Governo brasileiro, (iii) impressão de selos postais, fiscais federais e títulos da dívida pública federal, (iv) atividades de controle fiscal que tratam os artigos 27 a 30 da Lei nº 11.488/2007 e o art. 13 da Lei nº 12.995/2014, bem como (v) a comercialização de moedas comemorativas nas quantidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil, sem prejuízo de outras atividades compatíveis com suas práticas industriais.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva da CMB em 18 de março de 2022.

(b) Principais eventos ocorridos em 2021
(b.1) Decisão Judicial de reintegração de 212 Empregados desligados em 2018

O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, no julgamento da Ação Civil Pública nº 0100339-71.2018.5.01.0037, acolheu o pedido do Sindicato Nacional dos Moedeiros (SNM) e condenou a CMB a reintegrar imediatamente os 212 empregados demitidos sem justa causa no Plano de Demissão de Empregados (PDE) executado em 2018. A decisão prevê o pagamento de salários retroativos à data da demissão e de danos morais coletivos no valor de R\$ 10 milhões.

A partir da decisão, o Departamento Jurídico (DEJUR) vem manejando os recursos cabíveis, dentre os quais destaca-se o pedido de suspensão do imediato cumprimento da condenação de reintegração, formulado nos termos da Lei nº 8.437/1992 e acolhido pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Em 02/06/2021, o pedido de suspensão foi deferido pela Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), garantindo que eventual reintegração observe o trânsito em julgado da decisão, permitindo, assim, o esgotamento de todas as vias recursais. Por fim, registra-se que, nos termos da avaliação efetuada pelo corpo jurídico da empresa, a expectativa de manutenção da condenação é remota.

(b.2) Acordo de leniência com as empresas SICPA e CEPTIS

A Casa da Moeda figura como beneficiária do Acordo de Leniência, celebrado entre a União Federal e as empresas CEPTIS Indústria e Comércio de Tintas e Sistemas S.A. e SICPA do Brasil e Indústria de Tintas e Sistemas Ltda, firmado no bojo do Processo Administrativo de Responsabilização nº 00190.003728/2016-79, conduzido da Controladoria-Geral da União (CGU).

Nos termos do Acordo, foram destinados R\$ 680.640.606,15 à CMB, sendo R\$ 188.947.559,12 recebidos em 2021, mediante a compensação de créditos (R\$ 52.343.085,88) e a recuperação de depósitos judiciais efetuados processo judicial nº 5051577-93.2019.4.02.5101 (R\$ 136.604.473,24), e o saldo parcelado em 20 anos com correção pela Taxa Selic.

Maiores informações sobre o acordo podem ser obtidas diretamente na página eletrônica da CGU.

(b.3) PIS e COFINS de Órgãos Públicos - Pedido de Restituição

A CMB, através do processo 10166.728802/2017-03, recebeu o montante de R\$ 96.399.031,97, referente a pedidos de restituição efetuados do período de setembro de 2012 até julho de 2015.

Tendo em vista a discordância do valor e do regime considerado para o cálculo, a CMB interps recurso junto à Receita Federal do Brasil, visando ao deferimento integral dos pedidos de restituição efetuados.

(b.4) PIS e COFINS - Indeferimento de tutela antecipada

Em 08 de junho de 2021, a 14ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal indeferiu o pedido antecipação de tutela, formulado pela CMB no processo nº 1037653-04.2021.4.01.3400, que, em síntese, buscava garantir a manutenção do regime de incidência não cumulativa para fins de apuração das contribuições PIS/PASEP e COFINS. Contra essa decisão, interps-se o recurso de agravo de instrumento, distribuído à 8ª turma do TRF1, registrado sob o nº 1025122-95.2021.4.01.0000, sem decisão de mérito até o momento.

Saliena-se que a denegação da tutela demandou a revisão da estratégia jurídica até então construída, para permitir o ajuizamento de ações específicas visando ao reconhecimento dos créditos constituídos entre 2012 e o primeiro trimestre de 2021, por blocos de trimestres.

Releva destacar, contudo, que os créditos objeto da controvérsia e registrados em nosso Balanço Patrimonial foram validados por consultoria especializada que, além de reconhecer o direito à manutenção da empresa no regime não cumulativo de tributação das contribuições PIS/PASEP e COFINS, declaram a utilidade econômica desses valores que, conforme regramento tributário vigente à época da constituição, admitem tanto a restituição direta dos valores quanto a compensação com débitos de outras contribuições federais.

Assim, mesmo considerando a validade do montante registrado nas Demonstrações, conforme destacado acima, a complexidade do caso e a dificuldade de estimar-se a probabilidade de recuperabilidade dos valores, conforme apontamento da Auditoria Interna e parecer da Auditoria Independente, a Administração entendeu que era necessário constituir Perda Estimada de todos os valores ora constituídos, porém mantendo o regime de não-cumulatividade, até que se tenha uma decisão final das esferas competentes.

(b.5) Retirada da Casa da Moeda do Brasil do Plano Nacional de Desestatização

Após a revogação da CMB no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), a empresa foi excluída do Programa Nacional de Desestatização (PND) mediante o Decreto nº 10.885/2021 de 06 de dezembro de 2021.

Tal medida importa na retirada das ações do Fundo Nacional de Desestatização e na manutenção do controle da entidade integralmente com a União.

1.2 - DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional e estão sendo apresentadas de acordo com as diretrizes do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) fixadas em seus pronunciamentos, as Normas Internacionais (IAS) e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

As Demonstrações Contábeis da CMB estão sendo apresentadas conforme a orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas Notas Explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a entidade.

A Administração avaliou a capacidade da Casa da Moeda do Brasil de se manter operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Ressalte-se que a CMB é uma empresa pública federal controlada exclusivamente pela União, com 328 anos de existência, e não dependente do Orçamento Geral da União. Adicionalmente, não há conhecimento por parte desta Administração de nenhuma incerteza material em relação a eventos ou condições que possam gerar dúvida significativa em relação a sua capacidade de operação.

Assim, as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

1.3 - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Casa da Moeda do Brasil mantém relacionamento e realiza transações com entidades consideradas partes relacionadas, nos termos definidos em sua Política de Transações com Partes Relacionadas e no Pronunciamento Técnico nº 05 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que trata da Divulgação sobre Partes Relacionadas.

(a) Transações envolvendo entidades vinculadas ou controladas pela União

A seguir apresenta-se as entidades que mantêm relacionamento com a CMB que são majoritariamente associados à operacionalização de políticas públicas:

- Departamento de Polícia Federal;
- Ministério das Relações Exteriores;
- Receita Federal do Brasil;
- Banco Central do Brasil; e
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

As transações envolvem o seguintes produtos e serviços: impressão do passaporte brasileiro, serviços de controle de produção de cigarros, fornecimento do meio circulante nacional e impressão de selos postais.

(b) Banco do Brasil

Adicionalmente a Casa da Moeda do Brasil contrata o Banco do Brasil, instituição financeira controlada pela União, para o atendimento de suas necessidades operacionais de administração financeira.

As contratações envolvem a aquisição de serviços financeiros em atenção à normatização aplicável às estatais, com destaque para a Resolução CMN nº 3.284/2005 que determina que a aplicação das disponibilidades deve ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A.

Os demais produtos e serviços, quando não destinados normativamente a Instituições Financeiras Estatais, são adquiridos mediante processo seletivo público para contratação.

(c) Entidade Fechada de Previdência Complementar – Cífrão.

As transações com a Cífrão limitam-se àquelas relacionadas à gestão dos planos de benefícios informados na Nota Explicativa nº 25.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 6.404/1976 E ALTERAÇÕES POSTERIORES PELAS LEIS: Nº 11.638/2007 E Nº 11.941/2009 E ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em 31 de dezembro de 2021 em moeda corrente nacional (R\$). O critério de mensuração utilizado na elaboração das Demonstrações Contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

2.1 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2021, bem como nos métodos de cálculos utilizados em relação àquelas apresentadas nas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.2 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com riscos insignificantes de mudança de valor e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

(b) Contas a Receber de Clientes

As Contas a Receber de Clientes são reconhecidas na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos as Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). O ajuste a valor presente, para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela irrelevância do impacto nas Demonstrações Contábeis.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do Balanço Patrimonial. Uma PECLD é registrada quando há evidência objetiva de que a CMB não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a PECLD no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na Demonstração do Resultado, assim como suas reversões.

(c) Estoques

Os estoques são inicialmente registrados pelo seu custo de aquisição e, na mensuração subsequente, são valorados pelo menor, entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui os gastos incorridos na aquisição do bem, transporte até a sua localização atual e colocação em condições de uso e venda. Para a apuração do custo dos estoques emprega-se o método da média ponderada móvel.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos e a parcela dos custos fixos apropriados aos produtos conforme critério de rateio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, em condições normais de mercado, deduzido dos gastos para colocação dos produtos em condições de venda e realização da venda.

Estoques têm seu valor reduzido quando o valor líquido de realização na mensuração subsequente se torna menor que o valor contábil dos estoques. O cálculo do valor líquido de realização leva em consideração as características específicas de cada categoria de estoque, tais como: data de validade, vida útil, indicadores de movimentação, entre outros.

(d) Investimentos

Os investimentos em participação no capital social de outras sociedades são avaliados pelo custo histórico, deduzido de perdas estimadas na realização do seu valor, quando essa perda estiver comprovada como permanente. Tal critério é aplicado aos Investimentos da CMB que não é obrigada à elaboração de demonstrações consolidadas, alinhando-se, assim, à exceção do item 17 do CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, c/c o item 4 do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

(e) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição à vista acrescido de todos os outros custos diretamente relacionados ao ativo imobilizado de forma a colocá-lo em condições de operação na forma pretendida pela Administração da CMB. Os métodos de depreciação, valor residual, bem como as vidas úteis são reavaliados e ajustados, se apropriados, anualmente.

Não há, no caso da CMB, obrigações legais ou contratuais de desmontagem associadas a ativos imobilizados e, portanto, não há constituição de provisões para desmobilização.

O montante depreciável é o custo de um ativo menos o seu valor residual. Os valores residuais, se não insignificantes, são reavaliados anualmente. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

A Administração aplica julgamentos na avaliação e determinação das vidas úteis dos ativos.

(f) Intangível

Software

O software adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. A amortização relacionada a software está incluída no custo das vendas de produtos e serviços ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o software está relacionado.

Amortização

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Software e custos diretamente atribuíveis de desenvolvimento capitalizados relacionados à tecnologia são amortizados ao longo de cinco anos na CMB.

(g) Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos

Os valores contábeis dos ativos não monetários como ativos imobilizados e intangíveis são revisados, no mínimo, anualmente para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

Assim que apurada, uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida, se o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação.

As Perdas de Redução ao Valor de Recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

O valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo e o seu valor em uso. O valor justo é considerado o valor de mercado ajustado e líquido das despesas de venda. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

No caso da CMB, o valor recuperável de melhor representação é o seu valor em uso, já que, dada a especificidade dos seus equipamentos, não há valor de mercado referencial. Ao mensurar seu valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Os ativos imobilizados e intangíveis são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

(h) Fornecedores

Contas a Pagar/Fornecedores são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente para efeito de determinação da taxa de juros efetivos não é aplicado nestas obrigações classificadas no curto prazo, dada a baixa relevância do impacto nas Demonstrações Contábeis.

(i) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a CMB tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de eventos passados, é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente e o valor pode ser estimado com razoável segurança.

(j) Contingências

O ativo contingente segue deliberação da Administração da CMB, consolidado em norma interna sobre o tema, reconhecendo-os como Ativos somente quando forem efetivamente líquidos de recebimento.

O passivo contingente é reconhecido quando é mais provável que a CMB seja obrigada a fazer pagamentos futuros como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados, a várias reivindicações, processos e ações junto à CMB, relativas a disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos. A classificação quanto à condição de provável, possível e remota, bem como o critério de mensuração das contingências foram elaborados em condições consideradas razoáveis.

(k) Imposto de Renda e Contribuição Social

A forma de tributação em que se enquadra a CMB é a do lucro real anual conforme legislação em vigor, com Provisão para Imposto de Renda à alíquota de 15% e adicional de 10% sobre o lucro fiscal que ultrapassar R\$ 240.000,00 por ano; e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido à alíquota de 9%.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são reconhecidos no resultado do exercício. A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal na data do Balanço Patrimonial e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

Com relação às constituições Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízo fiscal, deve-se reconhecer o ativo fiscal diferido com relação a prejuízos fiscais à medida que for provável que no futuro haverá lucro tributável suficiente para compensar esses prejuízos. A avaliação dessa situação é de responsabilidade da administração da entidade e requer julgamento das evidências existentes. A ocorrência de prejuízos recorrentes constitui uma dúvida sobre a recuperabilidade do ativo diferido.

O reconhecimento de Ativo Fiscal Diferido passa, além da existência de dúvidas quanto à continuidade operacional, por outras circunstâncias que não sejam originárias do registro do ativo fiscal diferido. Tais como a inviabilidade de pressuposto sobre projeções de lucros futuros que se tornam cada vez mais imprecisos conforme o período das projeções aumenta.

A CMB, na grande maioria dos seus produtos vendidos e serviços prestados, abrange contratos com períodos limitados a um exercício.

A CMB, ao avaliar a probabilidade de lucro tributável futuro contra o qual possa utilizar os prejuízos fiscais, considera, entre outros critérios, se há oportunidade identificada que possa gerar lucro tributável no período em que os prejuízos possam ser compensados, pois, não havendo probabilidade de lucro tributável para compensar os prejuízos fiscais, o ativo fiscal diferido não deve ser reconhecido.

(l) Reconhecimento de Receita

A CMB reconhece a receita quando ela performar de acordo com o contrato do cliente, ou seu valor puder ser mensurado com segurança, e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida, ou a receber, pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Ao que se refere ao programa SCORPIOS, o reconhecimento dos Serviços Executados a Faturar é baseado na leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial, administrado pela Receita Federal do Brasil.

NOTA 3 – RETIFICAÇÃO DE ERROS

Durante a elaboração das demonstrações relativas ao 1º trimestre de 2021, identificou-se a existência de ordens de produção não encerradas tempestivamente.

Tal fato provocou distorção, uma vez que manteve nos “Estoques de Produtos em Processo”, valores relativos a produtos já comercializados e que, portanto, deveriam ter sido reconhecidos como “Custo dos Produtos Vendidos” de 2020.

Para a retificação da informação, em alinhamento com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, promoveu-se a reapresentação trimestral das informações, ajustando os valores apresentados nas rubricas “Custos dos Produtos Vendidos” e “Estoque de Produtos em Processo”.

O texto abaixo resume o impacto nas demonstrações financeiras:

3.1 - BALANÇO PATRIMONIAL

IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO EM 31/12/2020			
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
ESTOQUES	352.512.143,26	(48.059.262,58)	304.452.880,68
PRODUTOS EM PROCESSO	87.240.614,25	(48.059.262,58)	39.181.351,67
OUTROS ESTOQUES	265.271.529,01	0,00	265.271.529,01
OUTROS	2.389.171.837,53	0,00	2.389.171.837,53
TOTAL DE ATIVOS	2.741.683.980,79	(48.059.262,58)	2.693.624.718,21
TOTAL DE PASSIVOS	1.113.656.524,01	0,00	1.113.656.524,01
CAPITAL SOCIAL	1.360.677.814,09	0,00	1.360.677.814,09
RESERVAS DE LUCRO	267.349.642,69	(48.059.262,58)	219.290.380,11
RESERVA PARA INVESTIMENTOS	240.134.719,70	(48.059.262,58)	192.075.457,12
OUTROS	27.214.922,99	0,00	27.214.922,99
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.628.027.456,78	(48.059.262,58)	1.579.968.194,20

3.2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO EM 31/12/2020			
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
I - RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS	1.077.779.134,87	0,00	1.077.779.134,87
II - CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	(776.086.696,56)	(48.059.262,58)	(824.145.959,14)
III - LUCRO BRUTO OPERACIONAL	301.692.438,31	(48.059.262,58)	253.633.175,73
IV - DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	(514.314.325,88)	0,00	(514.314.325,88)
V - RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	(212.621.887,57)	(48.059.262,58)	(260.681.150,15)
VI - RESULTADO FINANCEIRO	15.557.650,46	0,00	15.557.650,46
VII - RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(197.064.237,11)	(48.059.262,58)	(245.123.499,69)
VIII - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	0,00	0,00	0,00
IX - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(197.064.237,11)	(48.059.262,58)	(245.123.499,69)

3.2.1 – REAPRESENTAÇÃO TRIMESTRAL

IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO				
	1º Trimestre Reapresentado	2º Trimestre Reapresentado	3º Trimestre Reapresentado	4º Trimestre Reapresentado
I - RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS	91.360.024,40	384.081.578,92	731.561.815,39	1.077.779.134,87
II - CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	(57.186.520,89)	(275.064.645,36)	(566.091.575,37)	(824.145.959,14)
III - LUCRO BRUTO OPERACIONAL	34.173.503,51	109.016.933,56	165.470.240,02	253.633.175,73
IV - DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	(77.701.306,31)	(138.786.155,63)	(234.892.453,97)	(514.314.325,88)
V - RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	(43.527.802,80)	(29.769.222,07)	(69.422.213,95)	(260.681.150,15)
VI - RESULTADO FINANCEIRO	6.360.694,36	11.789.131,24	13.323.884,99	15.557.650,46
VII - RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(37.167.108,44)	(17.980.090,83)	(56.098.328,96)	(245.123.499,69)
VIII - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00
IX - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(37.167.108,44)	(17.980.090,83)	(56.098.328,96)	(245.123.499,69)

3.3 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO			
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO	(197.064.237,11)	(48.059.262,58)	(245.123.499,69)
ESTOQUES	(172.325.695,64)	(48.059.262,58)	(124.266.433,06)
OUTROS	(94.224.540,93)	-	(94.224.540,93)
TOTAL: AUMENTO/REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS	(266.550.236,57)	(48.059.262,58)	(218.490.973,99)
TOTAL: AUMENTO/REDUÇÃO NOS PASSIVOS OPERACIONAIS	267.113.815,15	0,00	267.113.815,15
CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO PELAS ATIV. OPERACIONAIS	(196.500.658,53)	0,00	(196.500.658,53)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO PELAS ATIV. DE INVEST E FINANC	10.641.004,53	0,00	10.641.004,53
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(185.859.654,00)	0,00	(185.859.654,00)

3.3.1 – REAPRESENTAÇÃO TRIMESTRAL

IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO				
	1º Trimestre Reapresentado	2º Trimestre Reapresentado	3º Trimestre Reapresentado	4º Trimestre Reapresentado
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO	(20.363.069,41)	13.403.360,63	9.113.386,84	(245.123.499,69)
ESTOQUES	(102.428.220,95)	(138.383.839,52)	(149.231.438,76)	(124.266.433,06)
OUTROS	(22.640.713,94)	(69.264.759,31)	(76.980.324,52)	(94.224.540,93)
TOTAL: AUMENTO/REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS	(125.068.934,89)	(207.648.598,83)	(226.211.763,28)	(218.490.973,99)
TOTAL: AUMENTO/REDUÇÃO NOS PASSIVOS OPERACIONAIS	90.483.406,56	144.856.225,75	138.449.706,64	267.113.815,15
CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO PELAS ATIV. OPERACIONAIS	(54.948.597,74)	(49.389.012,45)	(78.648.669,80)	107.482.713,95
CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO PELAS ATIV. DE INVEST E FINANC	15.549.140,54	15.287.891,52	13.337.035,89	10.641.004,53
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(39.399.457,20)	(34.101.120,93)	(65.311.633,91)	118.123.718,48

3.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO EM 31/12/2020			
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
CAPITAL	1.360.677.814,09	0,00	1.360.677.814,09
INVESTIMENTOS	240.134.719,70	(48.059.262,58)	192.075.457,12
OUTROS	27.214.922,99	0,00	27.214.922,99
RESERVAS DE LUCRO	267.349.642,69	(48.059.262,58)	219.290.380,11
TOTAL	1.628.027.456,78	(48.059.262,58)	1.579.968.194,20

3.4.1 – REAPRESENTAÇÃO TRIMESTRAL

IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO				
	1º Trimestre Reapresentado	2º Trimestre Reapresentado	3º Trimestre Reapresentado	4º Trimestre Reapresentado
CAPITAL	1.360.677.814,09	1.360.677.814,09	1.360.677.814,09	1.360.677.814,09
INVESTIMENTOS	437.198.956,81	437.198.956,81	437.198.956,81	192.075.457,12
OUTROS	(17.689.276,07)	(17.689.276,07)	(17.689.276,07)	27.214.922,99
LUCROS ACUMULADOS	(37.167.108,44)	(17.980.090,83)	(56.098.328,96)	0,00
RESERVAS DE LUCRO	382.342.572,30	401.529.589,91	363.411.351,78	219.290.380,11
TOTAL	1.743.020.386,39	1.762.207.404,00	1.724.089.165,87	1.579.968.194,20

3.5 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO EM 31/12/2020			
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
I - LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(197.064.237,11)	(48.059.262,58)	(245.123.499,69)</

3.5.1 – REAPRESENTAÇÃO TRIMESTRAL

	IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO			
	1º Trimestre Reapresentado	2º Trimestre Reapresentado	3º Trimestre Reapresentado	4º Trimestre Reapresentado
I - LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(37.167.108,44)	(17.980.090,83)	(56.098.328,96)	(245.123.499,69)
(+/-) Superávit (Deficit) Atuarial de Previdência Privada	0,00	0,00	0,00	44.904.199,06
II - TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(37.167.108,44)	(17.980.090,83)	(56.098.328,96)	(200.219.300,63)

3.6 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO EM 31/12/2020		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
RECEITAS	885.655.770,34	0,00	885.655.770,34
CUSTO DOS PRODUTOS, DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS OUTROS	508.236.265,56	48.059.262,58	556.295.528,14
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	78.029.479,58	0,00	78.029.479,58
VALOR ADICIONADO BRUTO	299.390.025,20	48.059.262,58	251.330.762,62
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	50.579.256,78	0,00	50.579.256,78
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	33.234.225,60	0,00	33.234.225,60
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	282.044.994,02	0,00	233.985.731,44

3.6.1 – REAPRESENTAÇÃO TRIMESTRAL

	IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO			
	1º Trimestre Reapresentado	2º Trimestre Reapresentado	3º Trimestre Reapresentado	4º Trimestre Reapresentado
RECEITAS	100.487.337,46	389.993.784,57	728.254.379,66	885.655.770,34
CUSTO DOS PRODUTOS, DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS OUTROS	2.015.716,16	154.171.033,00	359.559.880,21	556.295.528,14
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	10.217.485,69	20.344.004,46	41.747.515,92	78.029.479,58
VALOR ADICIONADO BRUTO	88.254.135,61	215.478.747,11	326.946.983,53	251.330.762,62
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	12.754.910,45	25.510.332,70	38.170.172,84	50.579.256,78
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(5.376.262,08)	5.213.614,38	17.199.116,46	33.234.225,60
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	70.122.963,08	195.182.028,79	305.975.927,15	233.985.731,44

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
CAIXA/CONTAS CORRENTES	405.413,02	724.369,57
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (a.1)	660.556.609,69	526.197.717,41
TOTAL	660.962.022,71	526.922.086,98

Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade.

(a.1) – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	VALORES (EM R\$)			
	31/12/2021	TAXA DE RENTABILIDADE ÚLTIMOS 12 MESES	31/12/2020	TAXA DE RENTABILIDADE ÚLTIMOS 12 MESES
BANCO DO BRASIL (BB EXTRANMERCADO)	660.556.609,69	2,6683%	526.197.717,41	3,8234%
TOTAL	660.556.609,69		526.197.717,41	

Em conformidade com a Resolução BACEN nº 3284 de 25 de maio de 2005 e suas alterações, as aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias da CMB são efetuadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A., sem prazo definido e sem taxa de penalidade em caso de resgate.

A elevação do saldo de caixa está associada ao (i) recebimento da restituição das retenções de PIS e COFINS efetuadas por órgãos públicos (R\$ 96,4 milhões), conforme divulgação contida na Nota - 1.1 – CONTEXTO OPERACIONAL b.3, e (ii) resultado operacional.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER, SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR E OUTROS CRÉDITOS

5.1 - CONTAS A RECEBER BRUTO

Apresenta-se, a seguir, a composição do saldo a receber de clientes até a data de 31 de dezembro de 2021:

CLIENTES	VALORES (EM R\$)			
	31/12/2021	TAXA DE RENTABILIDADE ÚLTIMOS 12 MESES	31/12/2020	TAXA DE RENTABILIDADE ÚLTIMOS 12 MESES
Duplicatas a Receber de Clientes - AC (a.1)	49.743.856,22		24.489.821,44	
Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - ANC	15.477.749,67		15.474.308,63	
Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior - ANC	11.898.312,84		11.085.921,45	
Duplicatas a Receber - Envasadores de Bebidas - ANC	26.236.268,15		26.236.268,15	
Duplicatas a Receber - RFB Parceria Pharos - ANC	3.819.500,44		0,00	
Duplicatas a Receber - Selo Digital Parceria Pharos - ANC	5.452.613,85		0,00	
Duplicatas a Receber de Clientes - Subtotal - ANC (a.2)	62.884.444,95		52.796.498,23	
SUBTOTAL (AC + ANC)	112.628.301,17		77.286.319,67	

A CMB, em sua política comercial, não realiza venda de longo prazo. Por conta desse critério, não foi aplicado o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber pela não relevância do impacto nas demonstrações.

O saldo constante de clientes do Ativo Não Circulante se refere à prática de controle e acompanhamento de clientes inadimplentes há mais de um exercício transferidos do Ativo Circulante.

A rubrica apresenta variação de R\$ 35.341.981,50 evidenciada a seguir:

(a.1) Duplicatas a Receber de Clientes - Ativo Circulante

A variação positiva de R\$ 25.254.034,78 decorre, basicamente, pela transferência do Ativo Não Circulante para o Circulante da parcela a receber do Acordo de Leniência, conforme divulgação contida na Nota - 1.1 – CONTEXTO OPERACIONAL b.2.

(a.2) Duplicatas a Receber de Clientes - Ativo Não Circulante

O aumento R\$ 10.087.946,72 refere-se, principalmente, ao saldo de "Duplicatas a Receber - RFB Parceria Pharos", no montante de R\$ 3.819.500,44, devido à divergência nos repasses da Receita Federal do Brasil (RFB) após a conciliação dos pagamentos efetuados nos termos da Portaria 480/18, e a transferência do saldo de "Duplicatas a Receber - Selo Digital Parceria Pharos" do Ativo Circulante para o Não Circulante no valor de R\$ 5.452.613,85.

5.2 – SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR BRUTO

SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
Selo Digital - Parceria Pharos - AC	133.357.484,50	100.165.604,27
Selo Físico - Parceria Pharos - AC	29.990.555,45	24.637.472,06
Serviços Executados a Faturar - Subtotal - AC	163.348.039,95	124.803.076,33
Programa Sicoobe - ANC	165.099.968,63	165.099.968,63
Programa Scorpius - ANC	12.693.214,23	12.693.214,23
Parceria Pharos - ANC	40.046.651,11	25.026.999,16
Serviços Executados a Faturar - Subtotal - ANC	217.839.833,97	202.820.182,02
SUBTOTAL (AC + ANC) (a.1)	381.187.873,92	327.623.258,35

A rubrica Serviços Executados a Faturar apresenta o saldo de valores a faturar sobre serviços decorrentes da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de Bebidas e Cigarros.

A rubrica apresenta variação de R\$ 53.564.615,57 evidenciada a seguir:

(a.1) Serviços Executados a Faturar

Destaca-se que a segregação da rubrica Serviços Executados a Faturar - Parceria Pharos busca evidenciar o saldo de Serviços Executados a Faturar de cada contrato.

O reconhecimento dos "Serviços Executados a Faturar" foi integralmente baseado em 70% da leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial do programa SCORPIOS e dos DARFs recolhidos pelos Fumageiros nos Selos Físicos. Tal procedimento diverge do praticado entre 1º de janeiro a 14 de abril de 2020, que, em razão da Medida Provisória nº 902/2019, permitiu o reconhecimento de 100% leitura/contagem mensal como "Serviços Executados a Faturar".

As principais variações da rubrica, de R\$ 53.564.615,57, referem-se ao aumento do volume de leituras do período, sendo R\$ 33.191.880,23 relativos à "Selo Digital - Parceria Pharos" e R\$ 5.353.083,39 à "Selo Físico - Parceria Pharos - AC".

A variação do Ativo Não Circulante refere-se à transferência de R\$ 15.019.651,95 do Ativo Circulante de valores não identificados após a conciliação dos registros de ativação de selos, a arrecadação informada pelo Tesouro Nacional e os valores repassados pela Receita Federal do Brasil.

5.3 – VALORES A RECEBER EC 93/2016 BRUTO

VALORES A RECEBER EC 93/2016	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
Valores a Receber EC 93/2016 - ANC	311.014.931,77	311.014.931,77
SUBTOTAL	311.014.931,77	311.014.931,77

A conta Valores a Receber EC 93/2016 foi aberta para evidenciar o desconto de tais valores nos recebimentos ocorridos entre dezembro de 2018 e fevereiro de 2019 e não apresentou variação no período.

5.4 – PERDA ESTIMADA COM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A Administração definiu como critério para reconhecimento da Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) o saldo de inadimplentes acima de 180 dias na integralidade dos saldos em aberto.

O ajuste a valor presente para efeito de determinação do montante de juros a apropriar, com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela não relevância do impacto nas demonstrações.

Com relação aos programas de rastreabilidade de selos de bebidas e de cigarros, consideram-se clientes inadimplentes aqueles em aberto após a efetiva emissão das faturas nos respectivos períodos.

Além disso, considera-se saldo líquido de clientes inadimplentes para esses programas o saldo de inadimplentes deduzido do último percentual de repasse à prestadora.

Não obstante a constituição das PECLD, a Administração deliberou, para os casos em que possui titularidade do crédito, manter o ajuizamento das ações pertinentes aos Clientes Inadimplentes e Duplicatas a Receber - Envasadores, conforme definido no plano de ação do Departamento Jurídico, no sentido de agilizar os procedimentos de cobranças extrajudiciais e judiciais, sendo priorizados aqueles que possuem maiores saldos devedores individuais e também os mais antigos na tentativa de afastar eventualmente pronunciamento de prescrição.

(a) PECLD – Clientes Comerciais

PECLD - CLIENTES COMERCIAIS (a)	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - AC	(59.319,21)	(4.526.801,64)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - ANC	(15.477.749,67)	(15.474.308,63)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior - ANC	(11.898.312,86)	(11.085.921,45)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Envasadores de Bebidas - ANC	(10.402.952,18)	(10.402.952,18)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - RFB Parceria Pharos - ANC	(3.819.500,44)	0,00
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Selo Dig Parceria Pharos - ANC	(2.726.306,93)	0,00
Subtotal - ANC	(44.324.822,08)	(36.963.182,26)
SUBTOTAL	(44.384.141,29)	(41.489.983,90)
EFEITO LÍQUIDO NO RESULTADO - 2021	2.894.157,39	2.894.157,39

O efeito negativo no resultado de R\$ 2.894.157,39 se deve basicamente à redução de R\$ 4.467.482,43 da "PECLD de Clientes Comerciais" do Ativo Circulante e ao aumento de R\$ 7.361.639,82, sendo R\$ 3.819.500,44 de "PECLD - Duplicatas a Receber - RFB Parceria Pharos - ANC", R\$ 2.726.306,93 da "PECLD - Duplicatas a Receber - Selo Dig Parceria Pharos - ANC" e R\$ 815.832,45 da "PECLD - Duplicatas a Receber - Clientes".

(b) PECLD – Serviços a Faturar

PECLD - SERVIÇOS A FATURAR (b)	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
(-) PECLD - Serviços Exec a Faturar - Programa Sicoobe - ANC	(66.864.539,99)	(66.864.539,99)
(-) PECLD - Serviços Exec a Faturar - Programa Scorpius - ANC	(12.655.616,85)	(12.655.616,85)
(-) PECLD - Serviços Exec a Faturar - Parceria Pharos - ANC	(20.023.325,55)	(6.414.399,24)
Subtotal - ANC	(99.543.482,39)	(88.934.556,08)
SUBTOTAL	(99.543.482,39)	(88.934.556,08)
EFEITO LÍQUIDO NO RESULTADO - 2021	10.608.926,31	10.608.926,31

O efeito negativo no resultado de R\$ 10.608.926,31 se deve ao aumento da PECLD relativa à Serviços Executados a Faturar - Parceria Pharos - ANC após a devida conciliação dos recebimentos retroativos ao exercício de 2019. Tais valores se referem ao inadimplemento dos Fumageiros dos DARF arrecadados junto à RFB.

(c) PECLD – Valores a Receber EC 93/2016

PECLD - VALORES A RECEBER EC 93/2016 (c)	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
(-) PECLD - VALORES A RECEBER EC 93/2016	(311.014.931,77)	(311.014.931,77)
SUBTOTAL	(311.014.931,77)	(311.014.931,77)
EFEITO LÍQUIDO NO RESULTADO - 2021	0,00	0,00

Com relação as PECLD sobre os Valores a Receber EC 93/2016, a CMB emitiu a Circular - CIR.DETED 003/2019 que define os critérios e parâmetros para baixa dos valores em recebimentos antecipados e emissão das Notas Fiscais, de modo a regulamentar internamente os efeitos da Emenda Constitucional nº 93 de 8 de setembro de 2016 e da Portaria MF nº 480/2018.

Cabe destacar que do valor de R\$ 311.014.931,77, R\$ 190.292.874,48 (R\$ 176.352.003,52 - programa SICOBE e R\$ 13.940.870,96 - programa SCORPIOS) se referem a parcelas que no período de janeiro a agosto de 2016, já haviam sido repassadas à prestadora de serviços Sicpa do Brasil Indústria de Tintas e Sistemas Ltda, por força de contrato.

5.5 – CONTAS A RECEBER, SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR E VALORES A RECEBER EC 93/2016 LÍQUIDOS

Apresenta-se, a seguir, a consolidação os saldos de "Contas a Receber Bruto", "Serviços Executados a Faturar Bruto" e "Valores a Receber EC 93/2016" deduzidos das respectivas PECLD.

(a) Contas a Receber Líquido

CONTAS A RECEBER LÍQUIDO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
CONTAS A RECEBER BRUTO - AC	49.743.856,22	24.489.821,44
(-) PECLD - AC	(59.319,21)	(4.526.801,64)
Subtotal - AC	49.684.537,01	19.963.019,80
CONTAS A RECEBER BRUTO - ANC	62.884.444,95	52.796.498,23
(-) PECLD - ANC	(44.324.822,08)	(36.963.182,26)
Subtotal - ANC	18.559.622,87	15.833.315,97
TOTAL	68.244.159,88	35.796.335,77

(b) Serviços Executados a Faturar Líquido

SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR LÍQUIDO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR BRUTO - AC	163.348.039,95	124.803.076,33
Subtotal - AC	163.348.039,95	124.803.076,33
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR BRUTO - ANC	217.839.833,97	202.820.182,02
(-) PECLD - ANC	(99.543.482,39)	(88.934.556,08)
Subtotal - ANC	118.296.351,58	113.885.625,94
TOTAL	281.644.391,53	238.688.702,27

(c) Valores a Receber EC 93/2016 Líquido

VALORES A RECEBER EC 93/2016 LÍQUIDO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
VALORES A RECEBER EC 93/2016 - ANC	311.014.931,77	311.014.931,77
(-) PECLD - ANC	(311.014.931,77)	(311.014.931,77)
TOTAL	0,00	0,00

5.6 – AGING DO CONTAS A RECEBER, SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR E VALORES A RECEBER EC 93/2016

Apresenta-se, a seguir, a distribuição dos saldos a receber por prazos de vencimento, considerando os saldos de "Contas a Receber Bruto" deduzidos das respectivas PECLD.

CLIENTES	VALORES (EM R\$)				
	A vencer	Vencidos até 6 meses	Vencidos de 6 a 12 meses	Vencidos há mais de 12 meses	Saldo em 31/12/2021
CLIENTES	37.524.265,31	12.160.271,70	5.705,67	62.938.058,49	112.628.301,17
PECLD - CLIENTES COMERCIAIS	0,00	0,00	(5.705,67)	(44.378.435,61)	(44.384.141,28)
SUBTOTAL	37.524.265,31	12.160.271,70	-	18.559.622,88	68.244.159,89
SERVIÇOS A FATURAR	0,00	78.116.893,14	85.231.146,81	217.839.833,97	381.187.873,92
PECLD - SERVIÇOS A FATURAR	0,00	0,00	0,00	(99.543.482,40)	

(a) Acordo de Leniência

O saldo de R\$ 482.716.488,64 se refere ao Acordo de Leniência, atualizado pela taxa Selic, firmado com as empresas SICPA e CEPTIS, conforme divulgação contida na NOTA 1.1 – CONTEXTO OPERACIONAL b.2.

(b) Notas do Tesouro Nacional

Os créditos são provenientes do Programa Nacional de Desestatização (Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997 e suas alterações), e Decreto nº 9.292 de 23 de fevereiro de 2018, que estabeleça as características das Notas do Tesouro Nacional – NTN.

Em janeiro de 2021 houve o resgate do lote nº: 1.633.310 no valor de R\$ 354.706,89.

NOTA 6 – ADIANTAMENTOS**6.1 – ADIANTAMENTO A EMPREGADOS**

DESCRIÇÃO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
ADIANTAMENTO DE FERIAS	5.189.932,86	2.700.001,20
TOTAL	5.189.932,86	2.700.001,20

Os valores referentes à adiantamento de férias foram constituídos com base no artigo 145 da Consolidação das Leis de Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), que determina o pagamento até dois dias antes do prazo previsto para o início do gozo das férias

NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR

TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
ICMS A RECUPERAR - ANC (a)	15.174.284,55	15.174.284,55
IPI A RECUPERAR - AC (b)	0,00	17.814,46
IPI A RECUPERAR - ANC (b)	2.003.285,06	10.168.153,31
COFINS E PIS A RECUPERAR - Insumos - AC (c)	0,00	32.066.341,50
COFINS E PIS A RECUPERAR - Insumos - ANC (c)	743.112.247,82	680.123.726,75
IR E CSLL A RECUPERAR - Crédito Tributário - AC (d)	4.237.544,69	4.135.922,12
IR E CSLL A RECUPERAR - Crédito Tributário - ANC (d)	83.075.361,10	108.533.137,32
IRRF A COMPENSAR - Aplicações Financeiras - AC (e)	4.558.541,86	2.902.787,53
IRRF E CSLL A COMPENSAR - Ret de Órgãos Públicos - AC (f)	426.471,66	356.281,68
COFINS E PASEP - Retenção de Órgãos Públicos - ANC (g)	47.304.059,72	142.997.074,06
OUTROS TRIBUTOS - AC	32.885,19	32.577,07
TOTAL	899.924.681,65	996.508.100,35

TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR BRUTO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante	9.255.443,40	39.511.724,36
Ativo Não Circulante	890.669.238,25	956.996.375,99
TOTAL	899.924.681,65	996.508.100,35

PERDAS ESTIMADAS COM TRIBUTOS - ANC	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
(-) PERDA ESTIMADA COM ICMS A RECUPERAR (a)	(15.174.284,55)	(15.174.284,55)
(-) PERDA ESTIMADA COM IPI A RECUPERAR (b)	(1.985.976,70)	(10.168.153,31)
(-) PERDA ESTIMADA COM COFINS E PIS S/ INSUMOS (c)	(743.112.247,82)	(18.555.585,27)
(-) PERDA ESTIMADA COM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (g)	(22.999.087,99)	(22.999.087,99)
TOTAL	(783.271.597,06)	(66.897.111,12)

TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR LIQUIDOS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante	9.255.443,40	39.511.724,36
Ativo Não Circulante	890.669.238,25	956.996.375,99
Perdas Estimadas com Tributos - ANC	(783.271.597,06)	(66.897.111,12)
Subtotal - ANC	107.397.641,19	890.099.264,87
TOTAL	116.653.084,59	929.610.989,23

(a) ICMS A RECUPERAR e PERDA ESTIMADA COM ICMS A RECUPERAR

O montante de R\$ 15.174.284,55 registrado no Ativo não Circulante se refere a créditos apurados sobre energia elétrica destinada à industrialização que, segundo revisão dos procedimentos e diagnósticos fiscais dos saldos tributários, realizada por consultores independentes, não possuem perspectiva de realização, pois não há disposição legal expressa ou documentação apta a suportar tais saldos e os precedentes sobre o assunto são desfavoráveis ao procedimento adotado pela CMB.

Considerando-se a que não há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros mediante a utilização desses créditos, foi constituída a "Perda Estimada com Realização de ICMS a Recuperar" na integralidade do saldo apurado.

(b) IPI A RECUPERAR e PERDA ESTIMADA COM IPI A RECUPERAR

Os créditos de IPI, escriturados na forma da legislação específica, são utilizados pela CMB, em sua escrita fiscal, decorrentes da compensação com os débitos nas saídas de produtos tributados.

Os créditos de IPI que, ao final de um período de apuração, remanescem da dedução dos débitos decorrentes das saídas de produtos tributados são mantidos na escrita fiscal da CMB para posterior dedução de débitos do IPI a períodos subsequentes de apuração.

Para o saldo de IPI a Recuperar no valor de R\$ 2.003.285,06 no Ativo Não Circulante, o montante de R\$ 1.985.976,70 não possui perspectiva de realização, pois existem precedentes administrativos e/ou judiciais contra o procedimento adotado pela CMB, e não há documentação apta a suportá-lo ou este é divergente aos valores encontrados. Tal fato reside na tomada de crédito sobre Insumos para Passaporte, pois tal atividade é considerada prestação de serviço e R\$ 17.308,36 se refere a pedidos de restituição realizado no último trimestre de 2021.

(c) COFINS E PIS A RECUPERAR – INSUMOS e PERDA ESTIMADA COM COFINS E PIS A RECUPERAR SOBRE INSUMOS

O montante de R\$ 743.112.247,82, registrado na rubrica "COFINS e Pis a Recuperar", é proveniente de da apuração pelo regime não-cumulativo de créditos na aquisição de matéria-prima e na contratação de serviços utilizados para a fabricação de produtos e prestação de serviços que, em razão da exclusividade legal (art. 2º caput e § 1º da Lei nº 5.895 de 19 de junho de 1973), gozam de isenção tributária (art. 11 da Lei nº 5.895 de 19 de junho de 1973) na venda.

Ao final do 2º trimestre de 2021, a administração tomou conhecimento da queda da liminar que permitia a CMB manter-se no regime de não cumulatividade. O assunto foi tratado pela Gestão da CMB, conforme explicitado na Nota Explicativa 1.1. Contexto Operacional, item (b.5) Pis e COFINS – Indeferimento de Tutela Antecipada.

Após intenso debate sobre a matéria, incluindo parecer jurídico interno e externo sobre o assunto, as auditorias, tanto interna quanto independente, entenderam que os valores ora registrados possuem incerteza quanto à sua recuperabilidade. Desta forma, a administração optou por seguir a orientação emanada e provisionou todos os créditos constituídos.

(d) IR E CSLL A RECUPERAR - CRÉDITO TRIBUTÁRIO

A CMB, para os tributos passíveis de pedido de restituição e/ou compensação (PER/DCOMP) junto à RFB, utiliza, como prática de controle e acompanhamento tributário, a transferência para o não circulante dos saldos credores dos PER/DCOMP realizados, reclassificando-os quando do despacho decisório favorável emitido pela RFB, em virtude da expectativa de recebimento através de restituição. Desta forma, a rubrica "IR e CSLL a recuperar" mantinha no Ativo Circulante refere-se a PER/DCOMP sobre saldos negativos de IRPJ e CSLL com despachos decisórios favoráveis emitidos.

Os valores de R\$ R\$ 4.237.544,69 e R\$ 83.075.361,10 do Imposto de Renda e da Contribuição Social a Recuperar são referentes, respectivamente, a créditos tributários acumulados sobre os saldos negativos de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (DIPJ) anuais, corrigidos monetariamente pela Taxa Selic. A variação dos saldos das contas refere-se à DCOMP do período utilizadas para compensações com os Saldos Negativos de IRPJ/CSLL.

Resalta-se que, através de revisão dos procedimentos e diagnósticos fiscais dos saldos tributários, identificou-se uma exclusão a menor das vendas de produtos monopolizados da base de cálculo do IRPJ e CSLL na ECF 2016/2017. Ao refazer a apuração, considerando tal exclusão, o montante de crédito aumentaria para R\$ 19 milhões de IRPJ e R\$ 6,6 milhões de CSLL. Acrescentando os juros SELIC, tais montantes chegariam, respectivamente, à R\$ 23,1 milhões e R\$ 8 milhões.

No terceiro trimestre de 2020 a CMB procedeu ao devido pedido de restituição de tais valores já os utilizando em compensações de tributos da mesma natureza.

(e) IRRF A COMPENSAR – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A rubrica "IRRF A COMPENSAR – Aplicações Financeiras" refere-se ao valor de Imposto de Renda Retido na Fonte sobre as Aplicações Financeiras detalhadas na Nota 4. Caixa e Equivalentes de Caixa, item (a) Aplicações Financeiras.

(f) IRRF E A CSLL A COMPENSAR – RETENÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS

A rubrica "IRRF E A CSLL A COMPENSAR – Retenção de Órgãos Públicos" está baseada na isenção tributária da CMB no faturamento decorrente da fabricação dos produtos com exclusividade para o Banco Central do Brasil (BCB), a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), a SRFB, o Departamento de Polícia Federal (DPF) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), disposto no art. 11 da Lei nº 5.895 de 19 de junho de 1973, reconhecida pelos Pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Parecer PGFN nº 907/2005, nº 2.338/2007 e nº 1.409/2009, e pelas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) nos Recursos Extraordinários 610.517 e 592.792 e na Ação Civil Originária 2179.

(g) COFINS E PASEP - RETENÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS e PERDA ESTIMADA COM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo credor de R\$ 47.304.059,72 registrado na rubrica "COFINS e PASEP a Compensar – Retenção de Órgãos Públicos" decorre do aproveitamento nas declarações das retenções tributárias dos clientes de vendas com exclusividade: BCB, ECT, SRFB, DPF e MRE, na liquidação de suas respectivas faturas, atualizados pela SELIC.

A variação de R\$ 95.693.014,34 refere-se ao recebimento, em maio de 2021, dos Pedidos de Restituição de PIS/COFINS de Órgãos Públicos referente aos períodos de setembro de 2012 a julho de 2015.

Considerando que houve pedidos realizados fora do prazo legal, foi constituída Perda Estimada com Créditos Tributários de retenção de órgãos públicos no valor de R\$ R\$ 22.999.087,99. Esses valores ainda estão em julgamento na esfera administrativa das autoridades competentes, mantendo-se o processo de cobrança em curso.

A seguir, apresenta-se a depreciação acumulada e as perdas para redução ao valor de recuperação distribuídas por natureza de bens registrados no Imobilizado:

Custo de Aquisição	VALORES (EM R\$)							
	Máquinas e Equipamentos	Instalações	Edifícios	Móveis e Utensílios	Computadores e Periféricos	Veículos	Terrenos	Total
Saldo Inicial - 2021	1.139.210.553,55	146.509.400,62	124.655.397,87	28.093.811,52	47.720.713,70	1.766.906,76	3.883.737,89	1.491.840.521,91
Imobilizações	1.309.957,11	0,00	0,00	99.278,13	0,00	0,00	0,00	1.409.235,24
- Imobilizações em Andamento	1.309.957,11	0,00	0,00	99.278,13	0,00	0,00	0,00	1.409.235,24
- Importações em Andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Obras em Andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Projetos em Andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Baixas	0,00	0,00	0,00	0,00	(756.565,03)	0,00	0,00	(756.565,03)
Depreciação	(680.009.294,45)	(140.645.497,50)	(99.136.364,41)	(23.262.180,74)	(44.241.182,92)	(1.639.790,76)	0,00	(988.934.310,78)
Perda por redução ao valor de recuperação	(21.172.165,31)	0,00	0,00	(1.217,51)	0,00	0,00	0,00	(21.173.382,82)
Saldo Final - 2021	439.339.050,90	5.863.903,12	25.519.033,46	4.929.691,40	2.722.965,75	127.116,00	3.883.737,89	482.385.498,52

(a) Vida Útil Econômica x Taxas Fiscais

O método de cálculo de depreciação empregado foi o da depreciação da vida útil por grupo de ativos. Anualmente, por força da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e do CPC 27 - Ativo Imobilizado, a CMB procede à avaliação da vida útil dos seus ativos. A Depreciação/Amortização calculada segundo a vida útil econômica foi de R\$ 47.172.711,17 e a Depreciação/Amortização segundo as normas fiscais da Receita Federal do Brasil foi de R\$ 67.901.239,08.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado são: Edifícios 25 anos; Máquinas e equipamentos 10 anos, 18 anos e 25 anos; Instalações 10 anos; Utensílios 10 anos; Computadores e periféricos 5 anos e Veículos 5 anos.

DESCRIÇÃO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
DEPRECIACÃO/AMORTIZAÇÃO - TAXA FISCAL (RFB)	67.901.239,08	70.638.861,79
DEPRECIACÃO/AMORTIZAÇÃO - VIDA ÚTIL ECONÔMICA	(47.172.711,17)	(38.170.175,51)
RESULTADO	20.728.527,91	32.468.686,28

O valor total no exercício de 2021 da depreciação apurado pelo método de vida útil econômica de acordo com a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, impactou (a) os custos fabris em R\$ 38.398.669,83 e (b) as despesas administrativas em R\$ 8.709.354,19.

NOTA 8 – ESTOQUES

ESTOQUES	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
PRODUTOS ACABADOS	116.261.044,94	102.066.553,98
PRODUTOS EM PROCESSO	15.906.024,81	39.181.351,67
MATÉRIA-PRIMA	149.380.363,91	177.594.116,80
ALMOXARIFADO	20.356.461,99	18.484.885,14
MATERIAIS EM PODER DE TERCEIROS	15.113,32	5.918,94
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO	401.219,80	32.486,41
MATERIAL DE EMBALAGEM	7.640.662,17	4.831.089,47
(-) PERDA ESTIMADA P/ REDUÇÃO VR REALIZÁVEL LÍQUIDO (a)	(30.672.811,72)	(37.743.521,73)
TOTAL	279.288.079,22	304.452.880,68

O levantamento físico dos estoques é realizado por inventários rotativos – contagem cíclica. Os itens são selecionados diariamente pelo Sistema Integrado ERP. Os materiais são previamente cadastrados por Classe e Grupo e para cada Classe é definida a periodicidade com que se quer contar. Definidos os parâmetros, diariamente os itens são selecionados, contados e ajustados. O programa de contagem do sistema garante que todos os itens sejam verificados ao menos uma vez no decorrer do exercício.

A rubrica de "Produtos Acabados" apresentou montantes superiores ao do exercício anterior de 13,9% decorrente principalmente do aumento do estoque de segurança do semiacabado do passaporte, bem como do selo fiscal de cigarro. A rubrica de "Produtos em Processo" apresentou redução em virtude do encerramento das ordens de produção para o exercício de 2021. A variação na rubrica de "Matéria-Prima" decorre da diminuição das aquisições de insumos para atender as demandas de 2021.

(a) Perda Estimada por Redução ao Valor Realizável Líquido

A redução da perda estimada ocorreu em virtude da baixa do estoque de produto acabado realizada pela área responsável devido à efetiva descaracterização do produto.

NOTA 9 – CRÉDITOS A RECEBER POR AÇÕES JUDICIAIS**(a) Praticamente Certos**

A CMB alterou o critério de contabilização de Ativos Contingentes Praticamente Certos, consolidado em norma interna, com aprovação em 15/07/2020, para reconhecê-los como Ativos somente quando forem efetivamente líquidos de recebimento.

Com base nesse novo critério, a CMB reverteu os valores ora constituídos em suas Demonstrações Contábeis até a data; entretanto, mantendo sua divulgação em Nota Explicativa.

PROCESSOS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVOS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
PROCESSOS PRATICAMENTE CERTO	24.928.696,77	24.465.123,10
TOTAL	24.928.696,77	24.465.123,10

(b) Provável Ocorrência

Os processos judiciais/administrativos do quadro abaixo foram analisados pelo Departamento Jurídico, e classificados como sendo provável o ingresso de benefício econômico. Esses valores não foram reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme preceito o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e deliberado pela IN nº 594/2009 da CVM.

PROCESSOS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVOS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
PROCESSOS PROVÁVEIS	917.681.411,67	125.114.644,99
TOTAL	917.681.411,67	125.114.644,99

O aumento do ativo em que a entrada de benefícios econômicos é provável, mas não praticamente certa, deve-se ao ajustamento de dezessete novas ações no ano de 2021, além de três demandas pré-existentes ao exercício que sofreram alteração da classificação, distribuídas em Cobrança, Licitação/Contratos, Multas Contratuais, SICOB e Tributário (PIS/COFINS).

Nesse contexto, têm-se como os casos mais relevantes (i) a cobrança de valores retidos retroativamente em razão da Emenda Constitucional nº 93/2016 (DRU – R\$ 597.359.255,14); e (ii) recuperação de créditos tributários de PIS/COFINS apurados pelo regime não-cumulativo sobre a compra de insumos destinados a fabricação de produtos vendidos com isenção tributária (R\$ 191.693.733,82).

Além disso, algumas demandas que já estavam em curso, e se classificavam como de entrada provável, sofreram modificação na avaliação durante o exercício para outras classificações.

Dessa forma, a variação do saldo no encerramento dos exercícios é resultado do ajustamento das dezessete novas ações e da migração de três casos para classificação de entrada provável, deduzidos das reclassificações contábeis de 32 ações, das quais houve o reconhecimento como ativo de R\$ 975.078,38 após as novas avaliações jurídicas indicarem que a entrada de benefícios econômicos é praticamente certa, e da retirada da divulgação de R\$ 21.398.568,68, após as revisões jurídicas concluírem que a entrada de benefícios econômicos não é provável ou por terem os processos sido arquivados.

NOTA 10 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**10.1 – INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS**

TÍTULOS - VALOR CONTÁBIL	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
CIA TROPICAL DE HOTÉIS	133.822,38	133.822,38
SEMP TOSHIBA AMAZÔNIA	132.257,54	132.257,54
FACEPA	0,00	99.313,93
CIA INDUSTRIAL DE MADEIRAS	65.379,63	65.379,63
POLIPLAST	52.643,81	52.643,81
COPEINOR	48.059,34	48.059,34
ENGEX SA	26.378,82	26.378,82
BETA SA	11.284,47	11.284,47
TOTAL	469.825,99	569.139,92

Os valores elencados acima representam investimentos em ações oriundas de créditos relacionados a incentivos fiscais, provenientes de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (DIPJ). As ações estão custodiadas no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para liquidação apenas em balcão, em atendimento ao Decreto nº. 1.068/1994, que trata da desmobilização da Participação de Empresas Públicas e Estatais em outras empresas, sem nenhuma interferência da CMB.

Considerando a baixa expectativa de recuperação desses valores, constitui-se perda estimada para a integralidade do saldo dos ativos.

Salienta-se que em janeiro de 2021 houve o resgate dos títulos da FACEPA no valor de R\$ 99.313,93, atualizados monetariamente, o que demandou a atualização da Provisão para Perda de Investimentos Temporários, nos termos abaixo:

PERDAS ESTIMADAS PARA REDUÇÃO DE INVESTIMENTO TEMPORÁRIOS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
	(469.825,99)	(569.139,92)
TOTAL	(469.825,99)	(569.139,92)

NOTA 11 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**11.1 – IMOBILIZADO**

A CMB adotou os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos depois da ded

(c) Imobilizações em andamento

Apresenta-se, a seguir, apresenta as imobilizações em andamento do exercício.

	Imobilizações em Andamento	Imobilizações de Importações em Andamento	Obras em Andamento	Imobilizações de Projetos em Andamento	Total
Custo de Aquisição					
Saldo Inicial - 2021	253.729,10	0,00	3.936.820,87	314.142,15	4.504.692,12
Aquisições	2.621.977,82	13.242.383,56	1.277.934,03	0,00	17.142.295,41
Transferências para Ativo Imobilizado	(2.498.147,69)	0,00	0,00	0,00	(2.498.147,69)
- Máquinas e Equipamentos	2.498.147,69	0,00	0,00	0,00	2.498.147,69
- Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Móveis e Utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Computadores e Periféricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Software	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Direito de Uso de Comunicação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Bens Lançados em Despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devoluções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final - 2021	377.559,23	13.242.383,56	5.214.754,90	314.142,15	19.148.839,84

A CMB utiliza como critério de controle dos seus ativos imobilizado e intangível a classificação inicial no grupo de contas de Imobilizações em Andamento. Após a avaliação, se o ativo se encontra em local e condições capazes de funcionamento pretendidos pela Administração, o ativo estará pronto para uso e alocado em conta contábil de acordo com a sua especificidade de funcionamento.

A conta "Imobilizações em Andamento", encerrou o exercício de 2021, com o saldo de R\$ 377.559,23, sendo oportuno mencionar que o montante de R\$ 200.693,16 se refere à aquisição de um Espectrofotômetro. Esse valor será transferido para a conta "Máquinas e Equipamentos" após o aceite da área técnica.

A conta "Obras em Andamento", encerrou o quarto trimestre do exercício de 2021, com o saldo de R\$ 5.214.754,90. Desse montante, o valor de R\$ 2.910.490,71 se refere à Reforma do Sistema Elétrico de Potência das Subestações Unitárias dos Prédios 0400, 0500, 0700 e 0800 do Parque Industrial da CMB, adquirido através do Contrato nº 0137 de 2019, enquanto o restante está ramificado em diversas Obras. Esse valor será transferido para a conta do imobilizado técnico após sua conclusão.

Ao longo do quarto trimestre do exercício de 2021 a CMB, em acompanhamento dos bens em andamento, validou a ativação de R\$ 215.575,30 para o Ativo Imobilizado.

A conta "Imobilizações de Projetos em Andamento", possui o valor de R\$ 314.142,15, classificado anteriormente na conta Imobilizações em Andamento. Isso ocorreu para melhor controle referente às aquisições destinadas ao Projeto do Novo Passaporte e Sincraf.

A conta Imobilização de Importações em Andamento encerrou o quarto trimestre do exercício de 2021 com saldo de R\$ 13.242.383,56, no qual desse montante o valor de R\$ 9.354.593,91 se refere à Equipamento de Personalização Automática de Cartão, da fornecedora Muhlbauer. Esse valor será transferido para a conta do imobilizado técnico após aceite da área técnica.

11.2 – INTANGÍVEL

ITENS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
INTANGÍVEL	51.205.325,49	49.233.102,15
SOFTWARE	51.205.325,49	49.233.102,15
(-) AMORTIZAÇÃO	(46.555.777,93)	(44.452.747,50)
TOTAL	4.649.547,56	4.780.354,65

	Software		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo de Aquisição				
Saldo Inicial - 2021	49.233.102,15	49.233.102,15	49.233.102,15	49.233.102,15
Aquisições	1.972.223,34	1.972.223,34	1.972.223,34	1.972.223,34
- Imobilizações em Andamento	1.972.223,34	1.972.223,34	1.972.223,34	1.972.223,34
- Importações em Andamento	0,00	0,00	0,00	0,00
- Obras em Andamento	0,00	0,00	0,00	0,00
- Projetos em Andamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Baixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações	(46.555.777,93)	(46.555.777,93)	(46.555.777,93)	(46.555.777,93)
Perda por redução ao valor de recuperação	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final - 2021	4.649.547,56	4.649.547,56	4.649.547,56	4.649.547,56

A CMB adotou os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, nos quais se define Ativo Intangível como ativo não monetário identificável sem substância física, para controle e contabilização dos bens patrimoniais. O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução de toda respectiva Amortização Acumulada e Perda Estimada por Redução ao Valor Recuperável asseguram que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedam seus valores de recuperação por uso ou venda.

O critério de mensuração utilizado para determinar o valor contábil bruto de cada item do Intangível foi através do valor contábil original de aquisição;

O método de amortização empregado foi da vida útil econômica determinado pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. A vida útil de cada bem e as taxas de amortização foram aplicadas de acordo com o período de tempo durante o qual a CMB espera utilizar o respectivo bem.

(a) Amortização

O método de cálculo de amortização empregado foi o da vida útil por grupo de ativos. Anualmente, por força da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, a CMB procede à avaliação da revisão da vida útil dos seus ativos. A Amortização total calculada segundo a vida útil econômica foi de R\$ 46.555.777,93.

O valor total no exercício de 2021 da amortização apurada pelo método das cotas constantes e de acordo com a sua vida útil econômica foi de R\$ 2.103.030,43, impactou (a) os custos fabris em R\$ 622,48 e (b) as despesas administrativas em R\$ 2.102.407,95.

(b) Redução ao Valor Recuperável do Ativo Intangível (Impairment)

Para avaliação da recuperabilidade de seus Ativos Intangíveis, a CMB utilizou os mesmos métodos já explicitados no item 11.1, alínea (b).

NOTA 12 – CONTAS A PAGAR**12.1 – FORNECEDORES**

A tabela abaixo segrega o valor de fornecedores.

FORNECEDORES	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
NACIONAIS (a)	93.871.486,53	128.894.291,34
EXTERIOR (b)	32.002.326,05	12.660.633,54
TOTAL	125.873.812,58	141.554.924,88

(a) Nacionais

FORNECEDORES NACIONAIS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
Sicpa Brasil Indústria de Tintas e Sistemas Ltda	65.750.645,06	79.659.996,54
Fedrigoni Brasil Papéis Ltda	19.061.534,94	28.321.813,77
Ceptis Indústria e Comércio de Tintas e Sistemas	977.202,16	2.413.485,85
Up Brasil Administração e Serviços Ltda	896.938,47	850.218,59
Seller Ink Indústria e Comércio de Tintas e Vernizes Ltda	729.473,90	852.177,50
Três S Ferramentas de Precisão Ltda	658.800,01	9.883.055,97
Outros	5.796.891,99	6.913.543,12
TOTAL	93.871.486,53	128.894.291,34

Nesta rubrica são registrados todos os valores a pagar relativos à contratação de serviços, compras de insumos, entre outros, cujos prazos para pagamento são variáveis. As variações ocorridas na rubrica Fornecedores Nacionais decorrem da liquidação de faturas de papéis destinados a impressão de Cédulas, referente à produção para o BCB pela empresa Fedrigoni Brasil Papéis Ltda.

O valor da empresa Três S Ferramentas de Precisão Ltda. se refere à aquisição de discos, insumo para a produção de moedas.

No caso Empresa Sicpa do Brasil Indústria de Tintas e Sistemas Ltda., o saldo da rubrica decorre principalmente da nota fiscal 395, registrada em 2019, no montante de R\$ 65,7 milhões. A variação se refere a transferência das notas fiscais 400 e 401 no total de R\$ 13,9 milhões para Custo do Serviço a Faturar - PNC, cujos pagamentos foram feitos através de depósitos judiciais.

Quanto a Empresa Ceptis Indústria e Comércio de Tintas e Sistemas Ltda., o saldo da rubrica decorre de Notas com prazo de vencimento para janeiro de 2022.

(b) Exterior

FORNECEDORES EXTERIOR	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
HID Global CID SAS	21.072.472,86	8.035.073,24
Muhlbauer Do Brasil Sistemas Seguros De Identificação - Ltda	5.030.070,09	290.727,36
KBA Notasys	4.274.056,49	3.418.422,35
Monea coin technology s.r.o.	719.956,08	0,00
Outros	905.770,53	916.410,59
TOTAL	32.002.326,05	12.660.633,54

Nesta rubrica são registrados, principalmente, insumos para confecção de Passaportes - HID Global CID SAS e Muhlbauer Do Brasil Sistemas Seguros De Identificação - Ltda -; Cédulas e Moedas - KBA Notasys e cunhagem de moedas - Monea coin technology s.r.o.

12.2 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Apresenta-se, a seguir, a consolidação dos saldos de "Outras Obrigações".

OUTRAS OBRIGAÇÕES	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
OUTRAS OBRIGAÇÕES - PDV - PC	7.642.926,98	7.108.837,18
DEPÓSITOS E CAUÇÕES EM GARANTIA - PC	1.859.164,96	2.100.906,50
OUTRAS CONTAS A PAGAR - PNC	4.931.009,32	18.794.224,83
TOTAL	14.433.101,26	28.003.968,51

OUTRAS OBRIGAÇÕES	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
Passivo Circulante	9.502.091,94	9.209.743,68
Passivo Não Circulante	4.931.009,32	18.794.224,83
TOTAL	14.433.101,26	28.003.968,51

A variação de R\$ 13.570.867,25 da rubrica Outras Contas a Pagar no Passivo Não Circulante contempla, principalmente, o ajuste atuarial na parcela do PDV no plano de saúde dos empregados que aderiram ao PDV-2017 e PDV-2019 conforme NOTA 25 – OBRIGAÇÕES COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA.

NOTA 13 – EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**(a) Exigibilidade com pessoal e encargos sociais**

EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
PESSOAL A PAGAR	165.525,49	243.441,02
INSS A RECOLHER	7.341.737,04	6.596.641,51
FGTS A RECOLHER	2.686.895,13	2.408.622,92
IRRF - EMPREGADOS	6.514.594,27	5.565.348,30
SESI E SENAI A RECOLHER	589.999,60	523.224,93
TOTAL	17.298.751,53	15.337.278,68

O valor de R\$ 17.298.751,53 corresponde à exigibilidade da CMB com pessoal e seus devidos encargos.

A variação de R\$ 1.961.472,85, se refere, principalmente, ao IRRF de empregados sobre 13º salário e férias e INSS à Recolher.

(b) Férias e encargos sociais

FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
FÉRIAS A PAGAR	33.999.957,10	27.514.255,11
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE FÉRIAS	12.884.454,98	10.419.673,17
TOTAL	46.884.412,08	37.933.928,28

As Provisões para Férias e Encargos Sociais no valor de R\$ 46.884.412,08 foram apuradas pelo Departamento de Gestão de Pessoas, com base no número de dias que cada empregado tem direito, valorada à remuneração mensal da data do Balanço.

(c) Maior e Menor Remuneração de Empregados

REMUNERAÇÃO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
MAIOR REMUNERAÇÃO	34.757,06	30.546,64
REMUNERAÇÃO MÉDIA	10.214,17	8.958,03
MENOR REMUNERAÇÃO	2.743,07	2.527,35

Em dezembro de 2021 a maior remuneração nesta empresa foi de R\$ 34.757,06 e a menor foi de R\$ 2.743,07. A remuneração média dos empregados foi de R\$ 10.214,17. Tais remunerações desconsideram Presidente, Diretores, Estagiários e Jovens Aprendizes.

NOTA 14 – DIVIDENDOS A PAGAR, REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL DOS DIRIGENTES E PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO**(a) Dividendos a pagar à UNIÃO**

DIVIDENDOS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
DIVIDENDOS A PAGAR	7.178.483,70	0,00
TOTAL	7.178.483,70	0,00

A apresentação da proposta de retenção da destinação de Dividendos à União, relativos ao exercício de 2021, atende às disposições disciplinadas nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei 6.404/76 e suas alterações.

A proposta de retenção da destinação de Dividendos à União relativos ao exercício de 2021, no montante de R\$ 7.178.483,70 corresponde a parcela obrigatória de 25% do lucro líquido do exercício de 2021, depois de deduzida a reserva legal de 5%.

(b) Remuneração variável anual dos dirigentes e Participações dos Empregados no Lucro

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL DOS DIRIGENTES	411.344,52	0,00
TOTAL	411.344,52	0,00

O Conselho de Administração da Casa da Moeda do Brasil - CMB, conforme disposto na Lei nº 6.404/76, de 15/12/1976, aprovou em Reunião realizada no dia 26/04/2021, o Programa de Remuneração Variável Anual - RVA de Dirigentes da CMB para o exercício de 2021.

(c) Participações dos Empregados no Lucro

PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO	5.470.565,30	3.675.944,37
TOTAL	5.470.565,30	3.675.944,37

O Conselho de Administração da Casa da Moeda do Brasil - CMB, conforme disposto na Lei nº 6.404/76, de 15/12/1976, aprovou em Reunião realizada no dia 29/01/2021, a Participação dos Empregados no Lucro para o exercício de 2021.

O montante de R\$ 3.675.944,37, refere-se a valores apurados e não pagos no exercício de 2016, em virtude do impacto financeiro do Ato Declaratório Executivo da RFB nº 75/2016, que suspendeu a obrigatoriedade do SICOBÉ a partir de 13 de dezembro de 2016 e provocou a redução o faturamento de aproximadamente R\$1,4 bilhão, aliado ao impacto da aplicabilidade retroativa da Emenda Constitucional 93/2016, que estabeleceu a retenção da DRU de 30% sobre as receitas provenientes dos códigos DARF 4805 – Taxa pela Utilização do Selo de Controle; e 4811 – Taxa pela Utilização dos Equipamentos Contadores de Produção, proporcionando efeitos relevantes no resultado e também no fluxo de caixa da CMB a partir de 2017.

O valor acrescido de R\$ R\$ 1.794.620,93 se refere a participação dos empregados no lucro de 2021, apurada em conformidade com a Resolução CCE nº 10, de 30/05/1995, em seu artigo 2º, parágrafo único (25% dos dividendos).

NOTA 15 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
INSS - FORNECEDORES DE SERVIÇOS - PC (a)	99.609,82	89.678,15
TRIBUTOS FEDERAIS RET POR ORGÃOS PÚBLICOS - PC (b)	2.012.099,62	2.383.964,20
ICMS A RECOLHER - PC (c)	1.053.191,78	1.086.551,93
ICMS A RECOLHER - PNC (c)	8.506.338,60	8.474.441,82
IPI A RECOLHER - PC (d)	927.201,24	926.447,29
IPI A RECOLHER - PNC (d)	5.169.316,97	5.115.324,55
ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA A RECOLHER - PC (e)	73.353,19	196.677,51
ISS RETIDO DE TERCEIROS - PC (f)	31.852,33	26.791,35
ISS SOBRE MOVIMENTO ECONÔMICO - PC (f)	1.809.364,40	1.779.219,43
COFINS A RECOLHER - PC (g)	1.715.241,68	1.714.130,25
PASEP A RECOLHER - PC (g)	373.259,34	373.023,17
IMPOSTO IMPORTAÇÃO A RECOLHER - PC (h)	3.223.396,66	3.154.249,54</

NOTA 16 – PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	REAPRESENTADO 31/12/2020
CONCILIAÇÃO DO IRPJ E CSLL		
Lucro do Exercício antes dos Impostos e Contribuições	30.225.194,54	(245.123.499,69)
Alíquota Normal	34,00%	34,00%
Despesa Esperada à Taxa Nominal	10.484.090,80	0,00
Adições / Exclusões	31/12/2021	31/12/2020
Provisão/Reversão Teste de Impairment	11.822.571,25	2.866.014,39
Provisões/Reversões p/Contingências Passivas	6.725.143,52	19.253.539,50
Provisões/Reversões p/Créditos de Liquidação Duvidosa	13.503.083,70	203.789.338,81
Provisões/Reversões p/Perda de Investimento	(99.544,43)	(2.315,55)
Participação do Lucro Diretoria	411.344,52	0,00
Provisões/Reversões p/Contingências Ativas	0,00	16.313.871,23
Parcela Lucro Contratos Pessoa Jurídica Dir. Público	(8.007.879,72)	(4.828.528,24)
Dividendos Recebidos	(131.236,81)	(17.081,46)
Exclusão Parcela referente Vendas Monopolizadas	(266.285.787,43)	(217.103.913,21)
Acordo de Leniência	(697.070.178,74)	0,00
Juros do Tesouro Nacional - NTN	(111.381,83)	(126.555,71)
Depreciação Fiscal maior que Depreciação Econômica	(20.728.527,91)	(38.751.955,71)
Multas não Dedutíveis	6.002,19	256.994,61
Provisão Estimada p/ Crédito de Impostos	724.556.662,55	0,00
Provisão/Reversão Estimada p/ Perda de Estoques	(7.070.710,01)	27.497.538,55
Provisão/Reversão de Passivos de ICMS/PII	85.889,20	364.207,55
Auxílio Moradia	23.937,35	74.048,94
TOTAL DAS ADIÇÕES/EXCLUSÕES	(242.370.612,60)	9.585.203,70

BASE DE CÁLCULO LALUR	(211.535.051,42)	(235.538.295,99)
-----------------------	------------------	------------------

Imposto de Renda e Contribuição Social	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda	0,00	0,00
Contribuição Social	0,00	0,00

Alíquota Efetiva	0,00%	0,00%
------------------	-------	-------

No encerramento de 2021, não foram provisionados os valores de Imposto de Renda de pessoa jurídica e Contribuição Social sobre o lucro líquido em decorrência do prejuízo fiscal apurado após as adições e exclusões legais.

NOTA 17 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES		
BANCO CENTRAL DO BRASIL (a)	0,00	48.518.592,35
SRF - PORTARIA 480 (b)	120.186.686,47	67.017.253,10
SOCIEDAD DEL ESTADO CASA DE MONEDA DA ARGENTINA (c)	0,00	26.436.895,02
SRF - SELO FÍSICO (d)	4.510.437,46	4.510.437,46
FEDRIGONI BRASIL PAPÉIS LTDA (e)	6.025.489,60	6.025.489,60
DIVERSOS CLIENTES (f)	1.869.300,30	3.507.020,18
TOTAL	132.591.913,83	156.015.687,71

(a) Banco Central do Brasil

A redução no saldo da rubrica refere-se à baixa do adiantamento feito pelo Banco Central no final de dezembro de 2020 para entrega dos produtos durante o mês de janeiro de 2021.

(b) SRF - Portaria 480

O saldo de R\$ 120.186.686,47 da rubrica refere-se ao recebimento de valores, conforme Portaria MF 480/2018 e ainda pendente de conciliação.

(c) Sociedad Del Estado Casa de Moneda da Argentina

A redução no saldo da rubrica refere-se à baixa de adiantamentos do acordo contratual para fornecimento de cédulas ao Banco Central da Argentina.

(d) SRF – SELOS FÍSICOS

O valor de R\$ 4.510.437,46 refere-se ao recebimento dos SELOS FÍSICOS pendentes de conciliação.

(e) Fedrigoni Brasil Papéis Ltda.

O valor de R\$ 6.025.489,60 refere-se ao adiantamento realizado pela empresa Fedrigoni Brasil Papéis na ordem de 25% do contrato de prestação de serviços de impressão, numeração, corte, acabamento e embalagem de cédulas na denominação de Bs 2000 (Bolívares) e Bs 20 (Bolívares), da contratante para atender o Banco Central da República Bolivariana da Venezuela.

(f) Diversos Clientes

O valor de R\$ 1.869.300,30 refere-se basicamente a recebimentos do Clube da Medalha pendentes de conciliação.

NOTA 18 – PROVISÃO PARA CUSTOS/RESULTADOS SOBRE SERVIÇOS A FATURAR

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
PROV PARA CUSTOS/RESULTADOS S/SERV A FATURAR		
SICOBÉ - CUSTOS - PNC (a)	119.688.479,78	318.079.756,52
ENVASADORES - CUSTOS - PNC (b)	18.117.821,45	18.117.821,45
SCORPIOS - CUSTOS - PNC (c)	45.499.982,84	45.499.982,84
PARCERIA PHAROS - CUSTOS - PC (d)	126.507.316,29	74.643.668,28
PARCERIA PHAROS - CUSTOS - PNC (d)	68.054.954,78	79.425.233,35
PARCERIA PHAROS - RESULTADO - PC (e)	16.786.423,62	26.381.805,29
PARCERIA PHAROS - RESULTADO - PNC (e)	33.471.336,55	7.089.531,27
TOTAL	428.126.315,31	569.237.799,00

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
PROV PARA CUSTOS/RESULTADOS S/SERV A FATURAR		
Passivo Circulante	143.293.739,91	101.025.473,57
Passivo Não Circulante	284.832.575,40	468.212.325,43
TOTAL	428.126.315,31	569.237.799,00

(a) Sicobe - Custos

A rubrica apresenta os custos proveniente do percentual contratual de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de bebidas - SICOBÉ.

A variação de R\$ 198.391.276,74 refere-se à remissão de dívida por conta do Acordo de Leniência em benefício da CMB, conforme divulgação contida na NOTA 1.1 – CONTEXTO OPERACIONAL b.2.

O saldo corresponde à parcela da prestadora de serviços no percentual do contrato, referente ao inadimplemento do programa SICOBÉ. Devido à falta de pagamento por parte dos Envasadores, não houve repasse à prestadora de serviços, conforme estipulado em contrato.

(b) Envasadores - Custos

A rubrica apresenta os custos proveniente do percentual contratual de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção bebidas – SICOBÉ no período em que a CMB passou a faturar diretamente aos Envasadores de bebidas.

O saldo de R\$ 18.117.821,45 corresponde ao saldo de inadimplentes do programa SICOBÉ relativo ao período de setembro de 2013 a dezembro de 2014 e que por falta de recebimento não foi repassado à prestadora de serviços, conforme estipulado em contrato.

(c) Scorpions - Custos

A rubrica apresenta os custos proveniente do percentual contratual de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de cigarros - SCORPIOS.

O saldo de R\$ 45.499.982,84 refere-se ao inadimplemento do programa SCORPIOS, que corresponde à parcela da prestadora de serviços no percentual de contrato. Devido à falta de pagamento por parte dos Fumageiros, não houve repasse à prestadora de serviços, conforme estipulado em contrato.

(d) Parceria Pharos - Custos

A rubrica refere-se ao maior valor possível de ressarcimento à parceira, conforme estipulado no contrato em Matriz de Custo Pré-Aprovada – MCPA.

Os saldos de R\$ 126.507.316,29 e R\$ 68.054.954,78 dos Passivos Circulante e Não Circulante, respectivamente, referem-se ao custo máximo contratual do período de setembro de 2018 a dezembro de 2021, conforme estipulado no contrato Parceria Pharos, através MCPA, deduzidos dos repasses dos custos efetivamente comprovados pela parceira.

(e) Parceria Pharos – Resultado

A rubrica refere-se à parcela estimada dos resultados da parceria. Esse valor corresponde à estimativa máxima de resultados que a parceria pode vir a ter, considerando as receitas e os custos estimados.

O saldo de R\$ 16.786.423,62 e R\$ 33.471.336,55, dos Passivos Circulante e Não Circulante, respectivamente, referem-se a parcela estimada do lucro da parceria. Esse valor corresponde à estimativa máxima de lucros que a parceria pode vir a ter, considerando as receitas e os custos estimados da parceria.

NOTA 19 – PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES**(a) Contingentes prováveis**

A Provisão para Passivos Contingentes no valor de R\$ 52.131.192,86 foi constituída conforme avaliação do Departamento Jurídico, sendo classificada como sendo provável a saída de recursos, segundo composição abaixo:

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
CONTINGENTES PROVÁVEIS		
TRABALHISTAS CÍVEIS	36.331.737,45	29.622.311,60
	15.799.455,41	15.783.737,74
TOTAL	52.131.192,86	45.406.049,34

(b) Contingentes possíveis

O saldo dos Passivos Contingentes Possíveis apresenta valores que, após avaliação do Departamento Jurídico, não foram reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2021, conforme preceitua o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
CONTINGENTES POSSÍVEIS		
TRABALHISTAS CÍVEIS	71.534.682,67	45.412.902,20
	41.951.017,00	109.832.017,75
TOTAL	113.485.699,67	155.244.919,95

NOTA 20 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Apresenta-se, a seguir, a consolidação dos saldos de "Depósitos Judiciais", com sua respectiva segregação.

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
CRÉDITOS		
RECURSAL - TRABALHISTA (a)	15.873.004,57	15.634.582,49
RECURSAL - EMBARGOS (b)	21.529.978,45	0,00
JUDICIAL - CIVIL (c)	18.454.605,64	52.966.745,05
JUDICIAL - TRIBUTÁRIOS (d)	8.990.711,66	8.990.711,66
TOTAL	64.848.300,32	77.592.039,20

(a) Depósito Judicial - Recursal Trabalhista

Os valores dos depósitos recursais efetuados pela CMB foram atualizados pelos índices de correção disponibilizados no site do Tribunal Superior do Trabalho – TST, até 31 de dezembro de 2021.

(b) Depósito Recursal - Embargos

O saldo de R\$ 21.529.978,45 refere-se a valores correspondem à integralidade da condenação da CMB em ações trabalhistas a fim de viabilizar apresentação de recurso de embargos à execução. O Departamento Jurídico passou a adotar tal procedimento a partir de 2021.

(c) Depósito Judicial - Civil

O saldo de R\$ 18.454.605,64 desta rubrica refere-se aos montantes depositados em juízo decorrentes de recursos impetrados junto às instâncias superiores da esfera civil. Além disso, há o processo 5051577-93.2019.4.02.5101, tendo como ré a empresa SICPA BRASIL LTDA. A CMB em 8 de dezembro de 2021 resgatou os depósitos judiciais, conforme explicitado no item 1.1 – CONTEXTO OPERACIONAL b.2.

(d) Depósito Judicial - Tributário

O saldo de R\$ 8.990.711,66 refere-se a tributos recolhidos judicialmente até que sejam regulamentados os efeitos da MP 902/2019.

A Casa da Moeda do Brasil - CMB ajuizou ação em face do Estado do RJ, processo 5013693-93.2020.4.02.5101 (7ª VFRJ), com pedido de declaração de inexistência de relação jurídico-tributária em relação aos tributos estaduais incidentes nas suas atividades-fim, especialmente o ICMS sobre selos fiscais no período de vigência da MP 902.

No aludido processo a CMB realizou os depósitos judiciais pertinentes ao ICMS do período em referência (março a junho), obtendo assim a liminar/tutela antecipada para suspender a exigibilidade do crédito na forma do art. 151, II, do CTN. Contudo, a Fazenda Estadual vem, em descumprimento à decisão judicial, causando embargos à CMB com a negativa em expedir a certidão de regularidade fiscal. Ocorre ainda, que o Juízo da 7ª VFRJ recentemente declarou sua incompetência absoluta em favor do STF, e a CMB e o Estado do RJ concordaram com a remessa dos autos ao STF, situação que à princípio seria impeditivo para prolação de novas decisões por aquele magistrado, e o processo ainda não migrou para o sistema do STF, o que também é um dificultador de manifestação daquela Corte.

NOTA 21 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**NOTA 21.1 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO**

A destinação do resultado do exercício realizou-se em conformidade com a Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 08 (R1).

A Diretoria Executiva, em observância ao disposto no Inciso VIII do art. 12 do Estatuto Social da Casa da Moeda do Brasil, encaminhou proposta de destinação do Resultado do Exercício de para análise e deliberação do Conselho de Administração, nos seguintes termos:

DESTINAÇÃO DO RESULTADO	31/12/2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	30.225.194,54
RESERVA LEGAL CONSTITUÍDA	1.511.259,73
BASE DE CÁLCULO PARA OS DIVIDENDOS	28.713.934,82
DIVIDENDO A PAGAR - MÍNIMO LEGAL	7.178.483,70
RESERVA PARA INVESTIMENTO	21.535.451,11

NOTA 21.2 – CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito do da Casa da Moeda do Brasil estava representado por 1.360.677.814 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade da União Federal.

NOTA 21.3 – RESERVAS DE LUCRO**(a) Reserva legal**

Segundo o art. 193 da Lei nº 6.404/1976, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

O saldo de R\$ 20.087.913,87, ao encerramento do exercício de 2021, se refere à aplicação da regra legal sobre o lucro líquido contábil, de modo que houve aumento R\$ 1.511.259,73 dessa Reserva.

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
RESERVA LEGAL	20.087.913,87	18.576.654,14
TOTAL	20.087.913,87	18.576.654,14

(b) Reserva Especial de Dividendos Mínimos Obrigatórios

O saldo da Reserva Especial de Dividendos Mínimos Obrigatórios no valor de R\$14.291.822,11 foi constituído em 2016, conforme Art. 202, § 4º, da Lei 6.404/76.

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
RESERVA ESPECIAL	14.291.822,11	14.291.822,11
TOTAL	14.291.822,11	14.291.822,11

(c) Reserva para Investimentos

O saldo da Reserva de Investimentos no valor de R\$ 213.610.908,23 foi constituído conforme Art. 196, da Lei 6.404/76.

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
RESERVA PARA INVESTIMENTOS	213.610.908,23	192.075.457,12
TOTAL	213.610.908,23	192.075.457,12

NOTA 22 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**(a) Receita Líquida**

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
COMPOSIÇÃO DA RECEITA		
PRODUTOS - MERCADO INTERNO (1)	789.421.982,71	785.917.403,83
PRODUTOS - MERCADO EXTERNO (2)	105.162.088,52	33.168.765,55
SERVIÇOS - MERCADO INTERNO (3)	152.698.540,86	186.527.500,87
SERVIÇOS A FATURAR (4)	133.357.484,51	100.165.604,27
OUTRAS VENDAS (5)	169.265,80	72.314,10
FATURAMENTO BRUTO	1.180.809.362,40	1.105.851.588,62
(-) DEDUÇÕES SOBRE AS VENDAS (6)	24.769.153,49	28.072.453,75
RECEITA LÍQUIDA	1.156.040.208,91	1.077.779.134,87

- Nesta rubrica são apresentados basicamente os valores relativos à venda de cédulas, moedas, medalhas e selos postais e fiscais para o mercado nacional. A variação de R\$ 3.504.578,88 tem, como principais fundamentos, o aumento de R\$ 13.990.543,81 da venda de produtos de exclusividade, que englobam Cédulas e Moedas e a redução de R\$ 10.708.552,94 de selos fiscais, que durante o período da MP nº 902/2019, devido à perda de exclusividade nas operações de venda, passou a ser comercializado como produto e não prestação de serviços.
- Nesta rubrica são apresentados os faturamentos de cédulas para o exterior. O montante de R\$ 105.162.088,52 refere-se ao contrato de exportação de cédulas para a Sociedad Del Estado Casa de Moneda da Argentina.
- Nesta rubrica são apresentados valores de serviços de emissão de passaportes, impressão de carteiras profissionais, diplomas e serviços de custódias de metais e de controle de produção no período abrangido pelos efeitos da MP 902/2019. A redução de R\$ 33.828.960,01 refere-se ao líquido entre o aumento de R\$ 5.536.466,70 da venda de serviços de exclusividade, R\$ 19.662.263,20 de Passaporte; e à queda de R\$ 48.487.379,45 de serviços de rastreabilidade, devido a MP 902/19 e R\$ 10.540.310,46 de serviços não monopolizados.
- Nesta rubrica são apresentados os valores de leituras dos serviços de rastreabilidade. A variação decorre dos efeitos da MP 902/19.
- Nesta rubrica são apresentadas outras receitas de materiais inservíveis, sucatas, etc.
- Nesta rubrica são apresentados os valores de tributos incidentes sobre vendas e outras deduções sobre as vendas. A variação de R\$ 3.303.300,26 refere-se à redução de R\$ 10.072.798,99 de tributos incidentes sobre as vendas no período da MP 902/2019 em que os produtos e os serviços passaram a ser tributados devido à perda da exclusividade e ao aumento de R\$ 6.769.498,73 decorrente de cancelamento de vendas por problemas operacionais de remessa de produtos ao exterior.

(b) Custos de Produção

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	REAPRESENTADO 31/12/2020
CUSTOS		
CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	807.002.417,90	824.145.959,14
TOTAL	8	

(d) Resultado Financeiro Líquido

RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2021	31/12/2020
RECEITAS FINANCEIRAS	43.624.639,64	29.785.991,35
DESPESAS FINANCEIRAS	(24.470.728,72)	(14.228.340,89)
TOTAL	19.153.910,92	15.557.650,46

Nesta rubrica são apresentadas as receitas e as despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da CMB, como rendimentos de aplicações financeiras, juros, atualizações monetárias da SELIC e atualizações cambiais. O aumento de R\$ 3.596.260,46 é composto basicamente, no caso das receitas financeiras, pela contabilização da atualização monetária do Acordo de Leniência no valor de R\$ 16.429.572,59, além da brusca redução da taxa de rentabilidade da aplicação concomitante com a redução do disponível. No caso das despesas financeiras, principalmente pela contabilização das despesas de juros do Termo de Ajuste de Conduta do Plano PBDC, conforme NOTA 25 – OBRIGAÇÕES COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA, no valor de R\$ 4.767.057,03.

NOTA 23 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os fatos excepcionais ocorridos na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido foram a constituição da Reserva Legal (Art. 193), a destinação de parte do Lucro como dividendos (Art. 202) e a constituição da Reserva de Investimento (Art. 189, Parágrafo Único), ambos da Lei 6404 de 15 de dezembro de 1976.

NOTA 24 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Casa da Moeda do Brasil mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos "benefício definido" e "contribuição variável" e plano de assistência médica. O reconhecimento destes benefícios se dá pela forma disposta pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

NOTA 25 – OBRIGAÇÕES COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações sobre o programa de benefícios pós-emprego da Casa da Moeda do Brasil - CMB. A avaliação atuarial foi realizada pela Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda. - ASSISTANTS, com base em informações fornecidas pela Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil - CIFRÃO e pela Casa da Moeda do Brasil - CMB.

A CMB adota os procedimentos recomendados pelas Normas Internacionais de Contabilidade emanadas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, uma entidade privada sem fins lucrativos, com sede em Londres, que atua na padronização de normas contábeis com o objetivo de permitir análises comparativas globais, deve avaliar as obrigações assumidas em relação aos benefícios pós-emprego mantidos a favor de seus colaboradores, tais como planos previdenciários, planos de assistência médica, seguros de vida, entre outros (formais ou informais). A adoção das normas do IASB pela CMB permite o melhor entendimento de suas operações e assegura os padrões necessários à credibilidade da Instituição. O trabalho de padronização do IASB tem o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Bank for *International Settlements* (BIS) e do Banco Mundial (BIRD), que vêm incentivando a adoção das normas pelas empresas, governos e organismos normatizadores nacionais.

A Casa da Moeda do Brasil é mantenedora de um programa previdenciário enquadrado no regime de previdência privada (Fundos de Pensão) admitido constitucionalmente como complementar aquele do Regime Geral provido pelo Estado, sob legislação específica (Lei nº 6435/77, revogada e substituída pela Lei Complementar nº 109/2001). Segundo esse normativo, os fundos de pensão são constituídos sob contribuições de empregados e empregadores, sob regime de capitalização, com regulamentação própria, geridos de forma independente através de entidades de finalidade específica criadas pelas empresas. A CMB, através de sua entidade de previdência complementar denominada CIFRÃO, instituiu um plano de benefícios definidos (PBDC), cuja principal característica previa a preservação de uma renda de inatividade similar ao nível das últimas remunerações dos empregados. Esse plano encontra-se fechado para novas adesões desde 27/01/2011.

Em 02 de setembro de 2010, como consequência das disposições das Leis Complementares nº 108 e 109/2001, a Casa da Moeda do Brasil instituiu um novo plano de previdência complementar, denominado MoedaPrev, no modelo de plano de contribuições definidas durante a fase de capitalização, cuja característica principal é o de assegurar uma renda na inatividade como contrapartida a contribuições prévia e paritariamente fixadas para a empresa e para os participantes. A contabilização dos planos de contribuição definida é direta porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período. Consequentemente, não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial. Por essa razão, somente foi avaliado neste relatório o programa previdenciário criado sob a característica de Benefício Definido.

A Casa da Moeda do Brasil também é mantenedora de um plano de saúde a favor de seus empregados, porém contratado sob o modelo de faixas etárias, o que não caracteriza risco de subsídio indireto da empresa aos funcionários inativos. Por essa razão, o plano também foi excluído da avaliação de benefícios pós-emprego deste Relatório Atuarial.

O programa de benefícios previdenciários é mantido através das seguintes modalidades de planos:

O Plano BD oferece os seguintes benefícios previdenciários:

- Complementação de Aposentadoria por Invalidez
- Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço (ou Contribuição)
- Complementação de Aposentadoria por Velhice (Idade)
- Complementação de Aposentadoria Especial
- Benefício de Pensão
- Benefício de Abono Anual
- Suplementação de Auxílio-Doença

Além dos benefícios previdenciários acima, o Plano BD garante os seguintes direitos:

- Benefício Mínimo
- Resgate de Contribuições
- Benefício Proporcional Diferido
- Autopatrocínio

Prevalece o regime atuarial de capitalização e com avaliações periódicas realizadas em conformidade com a legislação da previdência privada, reportadas ao órgão de fiscalização e controle do Ministério da Previdência Social.

O Plano MoedaPrev:

O plano MoedaPrev foi criado na modalidade de contribuição variável, com o oferecimento de benefícios de risco aos seus participantes, tais como aposentadoria por invalidez, pensão por morte e rendas vitalícias, que devem ser avaliadas para fins de atendimento ao normativo ora mencionado.

Em 31/12/2021, o valor presente das obrigações da CMB, segundo as normas acima mencionadas, para com os programas pós-emprego mantidos era de R\$ 361.327.245,26. Os ativos acumulados e investidos no mercado financeiro através da CIFRÃO, na mesma data, montavam R\$ 248.166.502,76 revelando, pois, um déficit de cobertura de R\$ 113.160.742,50. Dada as características do programa previdenciário PBDC, que permite o rateio do déficit junto aos participantes em proporções iguais, e ao avançado estágio de aprovação deste junto à PREVIC, a Casa da Moeda do Brasil opta por registrar 47,10% do déficit apurado, entendendo ser o restante devido pelos participantes do Plano de Benefício Definido. Essa proporção é calculada em função das contribuições normais vertidas ao plano.

Para a estimativa das obrigações de longo prazo, a ASSISTANTS utilizou o método do Crédito Unitário Projetado. Esse método (também conhecido como método de benefícios acumulados com pró-rata de serviço ou como método benefício/anos de serviço) considera cada período de serviço como dando origem a uma unidade adicional de direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Comparativamente ao exercício de 2020, notamos uma forte redução no valor dos passivos do Plano PBDC que pode ser explicado pelo forte aumento na taxa de juros calculada, que utiliza como base os índices da NTN-B, provocando um ganho da ordem de R\$ 50.965.970,35.

Para o plano MoedaPrev, o déficit de R\$ 926.826,03 apurado em comparação ao exercício de 2020, se refere à migração das reservas matemáticas oriundas do Plano PBDC para os saldos de contas individuais, sendo demonstrados neste relatório apenas os benefícios de risco do plano, razão pela qual os saldos devem ser deduzidos dos ativos financeiros totais informados pela Entidade.

Além dos Planos Previdenciários mencionados, a CMB aprovou em 2017 e 2019, dois Planos de Desligamento Voluntário, com o objetivo de incentivar a adequação do seu quadro funcional à nova realidade da Empresa, bem como, proporcionar aos empregados o encerramento do vínculo trabalhista com a CMB de forma socialmente responsável e planejada. O PDV CMB 2019 é destinado a todos os empregados do quadro permanente da CMB que atendam aos requisitos definidos em Regulamento, na data de referência de 18.07.2019, data de aprovação do programa pela SEST e tem como público-alvo o limite de 202 empregados, cujos desligamentos, ocorreram no ano de 2019, em uma única turma, cabendo exclusivamente à CMB definir a data do desligamento dos empregados optantes pelo PDV.

Os resultados da Avaliação Atuarial de 2021 podem assim ser resumidos:

Premissas:

Duration do plano BD	8,29 anos
Taxa real de desconto BD	5,07% aa
Duration plano CV	8,71 anos
Taxa real de desconto CV	5,08% aa
Duration PDV	0,95 anos
Taxa real de desconto PDV	5,69%aa
Inflação projetada	4,79%aa
Crescimento salarial	1,4%aa
Rotatividade	Nula
Tábua sobrevivência	AT-83 Basic
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas, D30
Mortalidade de inválidos	Winkleevoos, D40
Fator de capacidade	98%
Vínculo futuro	95% de casados, homens 4 anos mais velhos

- Plano de Benefício Definido

Empregados em atividade				
Faixa etária	Nº empregados	Idade média	Tempo médio de empresa (em anos)	Salário médio (em R\$)
Total Geral 2021	23	59,00	33,30	11.223,12
Ano 2020	24	58,10	32,49	10.283,18

Aposentados				
Faixa etária	Nº aposentados	Idade média	Benefício médio líquido (em R\$)	
Total Geral 2021	486	70,23	3.047,93	
Ano 2020	454	68,89	3.465,72	

Pensionistas				
Faixa etária	Nº pensionistas	Idade média	Benefício médio líquido (em R\$)	
Total Geral 2021	123	73,08	2.110,91	
Ano 2020	129	73,21	2.251,49	

- Plano MOEDAPREV

Participantes em atividade				
Faixa etária	Nº empregados	Idade média	Tempo médio de plano (em anos)	Salário médio (em R\$)
Total Geral 2021	621	45,12	5,54	11.226,20
Total Geral 2020	610	44,71	5,07	9.883,89

Aposentados			
Faixa etária	Nº aposentados	Idade média	Benefício médio (em R\$)
Total Geral 2021	315	69,40	2.524,24
Total Geral 2020	310	69,19	2.370,57

Pensionistas			
Faixa etária	Nº pensionistas	Idade média	Benefício médio (em R\$)
Total Geral 2021	153	67,67	1.947,68
Total Geral 2020	144	69,48	1.984,28

- Programa de Desligamento Voluntário – PDV

Beneficiários do Plano Médico				
Faixa etária	Nº beneficiários	Idade média (anos)	Tempo médio para extinção do benefício (anos)	Valor médio do plano médico (R\$)
Total Geral	424	60,07	0,92	638,15

Estado de equilíbrio dos programas

- Plano de Benefício Definido - PBDC

Item	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
Obrigações no início do exercício	619.537.844,71	337.257.897,71	278.180.492,33
Custo do serviço corrente	1.397.448,10	109.540,18	196.054,96
Juros sobre a obrigação atuarial	39.673.069,67	20.684.064,50	27.295.749,07
(Ganhos)/Perdas atuariais	(285.230.271,55)	(52.140.746,01)	0,00
(-) Benefícios pagos no ano	(38.120.193,21)	(27.730.264,05)	(16.398.224,40)
Obrigações no final do exercício	337.257.897,71	278.180.492,33	289.274.071,96

Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício	354.846.865,56	153.888.682,67	176.709.215,81
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	22.956.516,00	9.403.255,20	17.599.314,60
Contribuições patronais normais (*)	4.534.868,04	2.435.456,67	2.587.844,66
Contribuições normais participantes	4.586.017,59	2.735.104,30	2.906.241,42
Contribuições extraordinárias Patrocinadora (*)	0,00	3.759.611,22	0,00
(-) Benefícios pagos	(38.120.193,21)	(27.730.264,05)	(16.398.224,40)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	(194.915.391,32)	32.217.369,80	0,00
Ativos financeiros no final do exercício	153.888.682,67	176.709.215,81	183.404.392,08
(Déficit)/Superávit apurado	(183.369.215,05)	(101.471.276,52)	(105.869.679,88)
Risk Sharing (calculado sobre a proporção contributiva)	92.198.771,02	53.675.902,16	56.002.553,37
Contrato de dívida	0,00	0,00	0,00
Passivo ao final do exercício	(91.170.444,03)	(47.795.374,36)	(49.867.126,51)

Composição da Carteira	R\$	%
Fundos de investimento	15.683.537,57	8,86%
Títulos Públicos	156.527.535,90	88,46%
Investimentos Imobiliários	4.415.801,54	2,50%
Empréstimos e Financiamentos	3.296.744,08	1,86%
Outros realizáveis	2.496,05	0,00%
Disponível	8.551,68	0,02%
Passivo de investimentos (-)	(56.098,36)	-0,03%
(-) Fundo Administrativo	(3.169.352,65)	-1,67%
Ativo Líquido - Dez/21	176.709.215,81	100,00%

SalDOS		31/12/2021
Saldo de ORA no início do exercício		5.653.553,26
Total dos (ganhos)/perdas apurados no ano		(39.734.670,38)
(Ganho)/perda no valor das obrigações com risk sharing		(24.559.526,21)
(Ganho)/perda nos ativos financeiros com risk sharing		(15.175.144,17)
Ajuste Termo de Compromisso Financeiro		36.804.053,35
Saldo de ORA ao final do exercício		2.722.936,23

Movimentação do passivo atuarial líquido		31/12/2021
Passivo atuarial no início do exercício (a)		91.170.444,03
(Ganho)/perda a ser reconhecido em ORA com Risk Sharing aplicado (b)		(39.734.670,38)
Despesa/(receita) reconhecida em DRE com Risk Sharing aplicado (c) = (d) + (e) + (f) + (g) + (h)		2.554.668,60
Custo do serviço corrente (d)		51.596,02
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais (e)		9.742.684,24
(-) Contribuições de participantes (f)		(2.735.104,30)
(-) Rentabilidade projetada para os ativos financeiros (g)		(4.429.155,90)
(-) Ajuste da paridade contributiva projetada (h)		(75.351,46)
(-) Contribuição Patrocinador (i)		(6.195.067,89)
Passivo ao final do exercício (j) = (a) + (b) + (c) + (i)		47.795.374,36

Composição dos (Ganhos)/Perdas do Exercício		Impacto em R\$
Aumento da taxa de desconto		(50.965.970,35)
Ajustes de experiência		(1.174.775,66)
(Ganho)/Perda ao final do exercício		(52.140.746,01)

- Programa de Desligamento Voluntário

Item	30/12/2020	31/12/2021	Projeção 31/12/2022
Obrigações no início do exercício	25.316.944,07	18.400.274,48	10.762.639,95
Custo do serviço corrente	0,00	0,00	0,00
Juros sobre a obrigação atuarial	929.144,52	444.028,47	943.765,73
(Ganhos)/Perdas atuariais	(4.241.879,04)	(4.834.731,48)	0,00
(-) Benefícios pagos no ano	(3.603.935,07)	(3.246.931,53)	(4.086.838,25)
Obrigações no final do exercício	18.400.274,48	10.762.639,95	7.619.567,42
Ativos financeiros no final do exercício	0,00	0,00	0,00
(Déficit)/Superávit apurado	(18.400.274,48)	(10.762.639,95)	(7.619.567,42)

Composição dos (Ganhos)/Perdas do Exercício		Impacto em R\$
Redução da taxa de desconto		(4.348.720,87)
Ajuste por experiência do plano		(486.010,61)
(Ganho)/Perda ao final do exercício		(4.834.731,48)

Movimentação do passivo líquido		31/12/2021
Saldo de ORA no início do exercício - informado pelo Patrocinador		(2.508.118,13)
Total dos (ganhos)/perdas apurados no ano		(4.834.731,48)
(Ganhos)/Perdas apurados sobre as obrigações calculadas		(4.834.731,48)
Saldo de ORA ao final do exercício - informado pelo Patrocinador		(7.342.849,61)

Apresentamos o impacto do resultado atuarial do exercício, referente ao PDV:

Movimentação PDV		31/12/2021
Passivo Circulante (Outras Obrigações - NE 12.2)		5.831.630,63
Passivo Não-Circulante (Outras Contas a Pagar - NE 12.2)		4.931.009,32
Saldo da Obrigação		10.762.639,95

- Plano CV - Moedaprev

Item	31/12/2020	31/12/2021	Projeção 31/12/2022
Obrigações no início do exercício	3.313.195,40	76.227.211,75	72.384.112,98
Custo do serviço corrente	0,00	939.131,82	902.300,56
Juros sobre a obrigação atuarial	303.097,73	3.281.432,16	7.132.139,12
(Ganhos)/Perdas atuariais	73.447.864,73	38.382,68	0,00
(-) Benefícios pagos no ano	(836.946,11)	(8.102.045,43)	(3.815.812,82)
Obrigações no final do exercício	76.227.211,75	72.384.112,98	76.602.739,85
Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício	11.312.716,95	172.450.698,10	71.457.286,95
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	1105616,21	7536165,30	7038406,13
Contribuições patronais normais (*)	0,00	0,00	0,00
Contribuições normais participantes	0,00	0,00	0,00
Contribuições extraordinárias Patrocinadora (*)	0,00	0,00	0,00
(-) Benefícios pagos	(836.946,11)	(8.102.045,43)	(3.815.812,82)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	160.869.311,05	(100.427.531,02)	0,00
Ativos financeiros no final do exercício	172.450.698,10	71.457.286,95	74.679.880,26

Movimentação do passivo líquido	31/12/2021
Passivo atuarial no início do exercício	0,00
(Ganho)/perda a ser reconhecido em ORA	4.242.427,35
Despesa/(receita) reconhecida em DRE	(3.315.601,32)
Custo do serviço corrente	939.131,82
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	3.281.432,16
(-) Contribuições esperadas de participantes	0,00
(-) Rentabilidade projetada para os ativos financeiros	(7.536.165,30)
Passivo atuarial ao final do exercício	926.826,03

Segundo o parecer dos consultores, "os passivos de longo prazo assumidos pela Casa da Moeda do Brasil, relativos aos benefícios pós-emprego mantidos, estão adequadamente calculados nesta Avaliação Atuarial e devidamente refletidos em suas demonstrações contábeis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021."

Seguem os impactos no passivo atuarial líquido e outros resultados abrangentes ao final do exercício:

Passivo Atuarial Líquido - Consolidado	31/12/2021
Passivo Atuarial Não-Circulante - PBDC	47.795.374,36
Passivo Atuarial Não-Circulante - Moedaprev	926.826,03
Passivo líquido ao final do exercício	48.722.200,39

Outros Resultados Abrangentes - Consolidado	31/12/2021
Outros Resultados Abrangentes - PBDC	(2.722.936,23)
Outros Resultados Abrangentes - PDV	7.342.849,61
Outros Resultados Abrangentes - Moedaprev	(4.242.427,35)
Outros Resultados Abrangentes ao final do exercício	377.486,03

NOTA 26 – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO CIFRÃO (PBDC)

A Casa da Moeda do Brasil (CMB), a (CIFRÃO) Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) celebraram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), publicado no Diário Oficial da União em 19/12/2014, por meio do qual foi estabelecido um compromisso para o equacionamento do déficit do Plano Benefício Definido Cifrao (PBDC).

Pelo objeto do TAC, os compromissários devem equacionar a situação deficitária do Plano PBDC por meio da migração voluntária dos seus participantes, ativos e assistidos, para o Plano de Contribuição Variável, denominado MoedaPrev, ambos administrados pela CIFRÃO.

De acordo com a aprovação dos órgãos competentes e dos prazos previstos no Regulamento MoedaPrev, bem como as prorrogações de prazos ocorridos durante o exercício de 2020 em decorrência da pandemia do COVID-19, o processo de migração voluntária dos participantes foi finalizado no dia 01/12/2020 com 522 migrações efetuadas, conforme especificado no quadro a seguir:

	Optantes	Não Optantes	Total
Ativos / Autopatrocinados	81	26	107
Benefício Proporcional Diferido	4	1	5
Aposentados	297	492	789
Pensionistas	140	121	261
Total	522	640	1.162

* Fonte: Parecer Atuarial sobre a finalização da operação de migração de participantes e assistidos do Plano PBDC para o Plano MoedaPrev

Desta forma, o equacionamento do déficit do Plano PBDC foi realizado da seguinte forma:

- Parcela de Migrados: os participantes pagaram a sua parcela do déficit do Plano PBDC migrando para o Plano MoedaPrev com a sua Reserva do Direito Acumulado no Plano PBDC deduzida da parcela de sua responsabilidade no equacionamento do déficit técnico apurado. Já a Patrocinadora CMB optou por arcar com a sua parcela do déficit mediante pagamento de parcela única no valor de R\$ 41.571.110,38 ocorrido no exercício de 2021; e
- Parcela de Não Migrados: a parcela do déficit remanescente do Plano PBDC está sendo equacionada mediante o recolhimento de contribuição extraordinária mensal de participantes, assistidos e patrocinadoras, com aplicação de alíquota de 18,1% incidente sobre os benefícios pagos aos assistidos e pelo prazo de liquidação do plano, conforme estabelecido no Plano de Equacionamento do Déficit Técnico especificado na Avaliação Atuarial por Fato Relevante do PBDC, com recolhimento a partir de 01/04/2021.

NOTA 27 – OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Por ocasião da finalização da migração estabelecida entre os planos previdenciários (do plano de benefício definido-PBDC para o plano MOEDAPREV), determinada pelo Termo de Ajustamento de Conduta entre a CMB, a CIFRÃO e a PREVIC, foi gerada uma significativa redução do número de participante no PBDC (ativos, aposentados e pensionistas) e consequente aumento de participantes no MOEDAPREV, no encerramento do exercício social de 2020, que foi o momento da finalização da migração.

No Laudo Atuarial do encerramento do exercício de 2020, o item 6.1.5 indica que, contido no total dos ganhos/perdas no valor da obrigação, consta o montante de R\$ 249.337.459,71 a título de Efeitos Projetados da Migração entre Planos. No

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Diretores e aos Administradores da
CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB
Rio de Janeiro-RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Casa da Moeda do Brasil - CMB ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Casa da Moeda do Brasil - CMB em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

PIS e COFINS – Indeferimento de Tutela

Conforme descrito na nota 1.1 (b.4), em 08 de junho de 2021, a Justiça Federal do Distrito Federal proferiu, nos autos do processo nº 1037653-04.2021.4.01.3400, 14ª VJDF, decisão indeferindo o pedido de tutela antecipada para que a Casa da Moeda do Brasil - CMB mantivesse a utilização do regime de incidência não cumulativa para fins de apuração do PIS/PASEP e da COFINS. Contra essa decisão, a CMB interps o recurso de agravo de instrumento, distribuído à 8ª turma do TRF1, sob o nº 1025122-95.2021.4.01.0000. Considerando a complexidade do caso e a dificuldade de estimar a probabilidade de recuperabilidade dos valores registrados no ativo, a administração entendeu que era necessário constituir perda estimada de todos os valores ora constituídos, porém mantendo o regime de não-cumulatividade, até que se tenha uma decisão final das esferas competentes.

Acordo de leniência com as empresas SICPA e CEPTIS

Conforme descrito na nota 1.1 (b.2), a Casa da Moeda do Brasil figura como beneficiária do Acordo de Leniência, celebrado entre a União Federal e as empresas CEPTIS Indústria e Comércio de Tintas e Sistemas S.A. e SICPA do Brasil e Indústria de Tintas e Sistemas Ltda, firmado no bojo do Processo Administrativo de Responsabilização nº 00190.003728/2016-79, conduzido pela Controladoria-Geral da União (CGU). Nos termos do acordo, foram destinados R\$ 680.640.606,15 à CMB, sendo R\$ 188.947.559,12 recebidos em 2021, mediante a compensação de créditos (R\$ 52.343.085,88) e a recuperação de depósitos judiciais efetuados no processo judicial nº 5051577-93.2019.4.02.5101 (R\$ 136.604.473,24), e o saldo parcelado em 20 anos com correção pela taxa selic. O valor destinado à Casa da Moeda do Brasil foi contabilizado no resultado do 2º trimestre de 2021, sem reflexos tributários, sob interpretação de se tratar de evento indenizatório.

Reapresentação dos valores correspondentes do exercício social de 2020

Conforme mencionado na nota 3, os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial e as informações contábeis correspondentes relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 (IAS 08) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 (IAS 01) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada à adequação da reclassificação de exercícios anteriores.

Outros Assuntos

Demonstrações Intermediárias do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Empresa, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão do ano anterior por outros auditores

Os valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 22 de março de 2021, sem modificações.

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração da Casa da Moeda do Brasil - Exercício de 2021, bem como das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, tomando por base no Relatório da Auditoria Interna no 01/2022, de 16 de março de 2022, e no Relatório da Auditoria Independente no 1-03/2022, de 18 de março de 2022, emitido pela Empresa CONSULT AUDITORES INDEPENDENTES, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Resalta-se que a Demonstração de Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 registraram o lucro do exercício no montante de R\$ 30.225.194,54 (trinta milhões, duzentos e vinte e cinco mil, cento e noventa e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), tendo sido aprovada pelo Conselho de Administração a proposta para utilização do saldo de Reserva para Investimentos, conforme prevê o parágrafo único do art. 189 da Lei 6.404/76, para a compensação do prejuízo contábil adicional de R\$ 48.059.262,58 (quarenta e oito milhões, cinquenta e nove mil, duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta e oito centavos) para o exercício de 2020, devido à respectiva representação das Demonstrações Financeiras.

Foi aprovada, ainda, proposta de Orçamento de Capital para 2022, montante de R\$ 121,5 milhões, atendendo à previsão do Orçamento de Investimentos do exercício corrente aprovado para a CMB, bem como à previsão do Programa Plurianual

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Casa da Moeda do Brasil, reunido na 303ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, por meio de videoconferência, no uso de suas atribuições estatutárias e conforme consta do Registro de Atas,

RESOLVE:

Aprovar a proposta do Relatório da Administração da CMB VOTO.CA/CMB/003/2022, desta data.

Bruno Cesar Grossi de Souza
Presidente

Franselem Araújo Costa
Conselheiro

Fabiano Zouvi
Conselheiro

Luis Carlos da Conceição Freitas
Conselheiro

Edson Francisco da Silva
Conselheiro

item 6.1.2, o Laudo informa que, dentre os totais de ativos financeiros, a Reserva Líquida Estimada de Participantes Migrados corresponderia a R\$ 171.798.226,00. Este montante está incluso nos totais de Ganhos/Perdas nos ativos financeiros. Ou seja, demonstrava uma diferença entre passivos e ativos migrado no total de R\$ 77.539.233,00.

Os valores indicados no laudo a título de ganhos/perdas no valor da obrigação e ganhos/perdas nos ativos financeiros, representaram movimentações contábeis em Outros Resultados Abrangentes.

Desta forma, parte do valor indicado no laudo como movimentação em Outros Resultados Abrangentes seria representado pela necessidade de reconhecimento da obrigação que a CMB deveria assumir com o equacionamento do déficit migrado, calculado de forma estimada, uma vez que a CIFRÃO ainda não havia feito o cálculo e apresentado à CMB.

Com a formalização do Termo de Compromisso Financeiro, realizado em 2021, o valor pago de R\$ 36.804.053,35 foi reconhecido em Outros Resultados Abrangentes no referido exercício.

Em conformidade com o Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 26 (R1) e com base no relatório atuarial da ASSISTANTS, o saldo de R\$ 377.486,03 foi evidenciado na NOTA 25 – OBRIGAÇÕES COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA referente ao Quadro de Movimentação de Outros Resultados Abrangentes e calculado de acordo com os itens 56 a 60 – Reconhecimento e Mensuração – do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil e referendado pela Deliberação CVM Nº 695 DE 13 de Dezembro de 2012.

NOTA 28 – CONTRATOS DE SEGUROS

A empresa mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme segue:

RAMO	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÕES (EM R\$)
Incêndio inclusive decorrente de Tumultos, Queda de Raio, Explosão de qualquer Natureza e Imposição	700.000.000,00
Danos Elétricos	50.000.000,00
Derrame d'Água Líquida de Sprinklers	40.000.000,00
RC Geral - Operações	9.700.000,00
RC - Veículos Terrestres de Terceiros	300.000,00
Automóvel (Casco)	Tabela FIPE 100%
Vida em Grupo	300.000,00

O seguro no ramo de Responsabilidade Civil para Executivos que possuam poder de decisão na CMB tem um limite máximo de indenização de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

NOTA 29 – EVENTO SUBSEQUENTE

COVID-19 (CORONAVÍRUS)

O Comitê Gestor de Crise e a Direção da CMB decidiram postergar a implantação das fases do Plano de Retomada da CMB.

Fase 5: A Onda 2 – Trabalho presencial de no mínimo 50% do efetivo, que está em trabalho à distância ou dispensado das atividades presenciais em razão da pandemia, de cada Seção da Empresa, Abertura da creche interna e o retorno dos empregados com filhos até 4 anos de idade será no dia 25 de fevereiro.

Fase 6: Liberação de até 100% dos empregados para o trabalho presencial com esquema vacinal completo para Covid-19 será em 09 de março de 2022.

O intuito da constante revisão do Plano é promover o retorno seguro, organizado e planejado ao trabalho presencial, sempre priorizando a saúde dos moedeiros e a manutenção de um ambiente de trabalho seguro.

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 2021.

HUGO CAVALCANTE NOGUEIRA

PRESIDENTE

CPF Nº 730.461.917-15

LUIZ SERGIO MADEIRO DA COSTA

DIRETOR DE GESTÃO

CPF Nº 731.419.417-34

SÉRGIO PERINI RODRIGUES

DIRETOR DE OPERAÇÕES

CPF Nº 795.926.357-49

JEAN PEDRAZZA REICHE

DIRETOR DE GOVERNANÇA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

CPF Nº 053.956.847-35

PAULO RICARDO DE MATTOS FERREIRA

DIRETOR DE INOVAÇÃO E MERCADO

CPF Nº 744.008.607-44

RAMON AGOSTINHO PONTES

CONTADOR

CPF: 111.991.767-02

CRC - RJ118695/O-1

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A Administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 18 de março de 2022.

Paulo Sergio da Silva

Contador CRCPR No 029.121/O-0 S-RJ

Marlos Nanoni Reinert

Contador CRCPR No 050.998/O-9 S-RJ

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES

CRC/PR No 2906/O-5

de Investimentos previsto para o período de 2020 a 2023, que estima investimentos de R\$ 247,8 milhões, sendo todos custeados com recursos próprios, oriundos das operações ordinárias da empresa, conforme disposto na Nota Técnica SEI nº 70/2022/CMB, de 17/03/2022.

O Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da CASA DA MOEDA DO BRASIL. Adicionalmente, manifesta-se favorável à submissão da proposta do orçamento de capital à Assembleia Geral dos Acionistas na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Brasília, 23 de março de 2022.

Rafael Souza Pena

Presidente

Tatiana Barbosa de Alvaranga

Conselheira

Thiago Meirelles Fernandes Pereira

Conselheiro

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2021

O Conselho de Administração da Casa da Moeda do Brasil, reunido na 303ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, por meio de videoconferência, no uso de suas atribuições estatutárias e conforme consta do Registro de Atas,

RESOLVE:

Aprovar a proposta do Demonstrações Financeiras e Destinação do Resultado de 2021 e Orçamento de Capital 2022, com fundamento no VOTO.CA/CMB/002/2022, desta data.

Bruno Cesar Grossi de Souza
Presidente

Franselem Araújo Costa
Conselheiro

Fabiano Zouvi
Conselheiro

Luis Carlos da Conceição Freitas
Conselheiro

Edson Francisco da Silva
Conselheiro